



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ORIENTADOR: IRAQUITAN CAMINHA
DISCENTE: RAFAELA MENDONÇA DE ALMEIDA VASCONCELOS

**O PROBLEMA DA MORAL CRISTÃ NA GENEALOGIA DA MORAL DE
NIETZSCHE**

JOÃO PESSOA – PB

AGOSTO DE 2023

RAFAELA MENDONÇA DE ALMEIDA VASCONCELOS

**O PROBLEMA DA MORAL CRISTÃ NA GENEALOGIA DA MORAL DE
NIETZSCHE**

Dissertação de conclusão do curso de pós-graduação, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Fenomenologia e Hermenêutica.
Orientador: Prof. Dr. Iraquitan Caminha.

JOÃO PESSOA – PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V331p Vasconcelos, Rafaela Mendonça de Almeida.

O problema da moral cristã na genealogia da moral de Nietzsche / Rafaela Mendonça de Almeida Vasconcelos. - João Pessoa, 2023.

74 f.

Orientação: Iraquitan de Oliveira Caminha.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Filosofia. 2. Moral cristã. 3. Transmutação dos valores. 4. Má consciência. 5. Ressentimento. I. Caminha, Iraquitan de Oliveira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 1(043)

A minha amada filha que em todo o meu de trabalho estava ao meu lado, mesmo sem saber, sempre foi e será fonte de vida e de amor, aquela a quem o meu espírito agradece pela existência. A minha mãe, de todo meu coração, que eu seja para Alissa o que a senhora é para mim!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir vivenciar este momento tão sonhado.

Ao professor Iraquitan Caminha, que teve uma paciência imensurável comigo durante esse processo.

Agradeço ao meu esposo, que durante todo o meu percurso me estimulou a continuar sendo meu companheiro inclusive nos dias mais desesperadores.

A minha família que sempre me faz querer continuar.

E por fim em especial a minha amada filha, Alissa, que mesmo sem entender filosofou e me deu coragem para ir atrás do meu sonho.

O PROBLEMA DA MORAL CRISTÃ NA GENEALOGIA DA MORAL DE NIETZSCHE

Rafaela Mendonça de Almeida Vasconcelos¹

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade estudar a crítica genealógica que Nietzsche faz em relação à influência que a moral cristã exerce sobre o homem que a segue, assim como destacar a ideia de valores, bom e ruim e bom e mau, revela-se que dessa forma se realiza a transmutação dos valores morais. Com isso, destaca-se a forma como ela, a moral cristã, o condiciona a oprimir suas vontades e desejos, desencadeando a má consciência e, por sua vez, levando-o ao ressentimento. Essa dissertação observa e analisa como os textos de Nietzsche nos ajudou a fazer nosso estudo, tendo como obra principal *Genealogia da Moral*, de Nietzsche (2009), bem como outras obras do filósofo: *Além do bem e do mal* (2005), *A vontade de poder* (2011), *o Anticristo* (2020), *Assim falou Zaratustra* (2018), dentre outros comentadores e obras em torno do tema que nos dispomos estudar. Neste aspecto, nosso trabalho elucida a questão do *valor* dos valores morais no âmbito da revolução judaico-cristã na cultura ocidental, a ideia de bom e ruim/mau, bem como os conceitos de má consciência, culpa (*Schuld*) e os ideais ascéticos, todos relacionados à moral do ressentimento. Por fim, chegamos à conclusão de que a transmutação dos valores morais acaba por beneficiar o domínio da moral judaico-cristã, intervindo na visão que se tem de si e do outro concebendo alguém como bom ou mau e que com isso, o homem tenta se sobrepor aos demais para se tornar superior.

Palavras-chave: Moral cristã. Transmutação dos valores. Má consciência. Ressentimento.

¹Discente do curso de Pós-graduação em Filosofia, na área de fenomenologia e hermenêutica, pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: rafaelamendonca.51@gmail.com.

Abstract:

The present work aims to study the genealogical criticism that Nietzsche makes in relation to the influence that Christian morality exerts on the man who follows it, as well as highlighting the idea of values, good and bad and good and bad, it is revealed that in this way This is how the transmutation of moral values takes place. With this, we highlight the way in which it, Christian morality, conditions you to oppress your wills and desires, triggering a bad conscience and, in turn, leading you to resentment. This dissertation observes and analyzes how Nietzsche's texts helped us to carry out our study, having as its main work Nietzsche's *Genealogy of Morals* (2009), as well as other works by the philosopher: *Beyond Good and Evil* (2005), *The Will of Power* (2011), the *Antichrist* (2020), *Thus Spoke Zarathustra* (2018), among other commentators and works around the theme that we are willing to study. In this aspect, our work elucidates the issue of the value of moral values within the scope of the Judeo-Christian revolution in Western culture, the idea of good and bad/evil, as well as the concepts of bad conscience, guilt (Schuld) and ascetic ideals, all related to the morality of resentment. Finally, we come to the conclusion that the transmutation of moral values ends up benefiting the domain of Judeo-Christian morality, intervening in the vision we have of ourselves and others, conceiving someone as good or bad and that with this, man tries to become surpass others to become superior.

Keywords: Christian morals. Transmutation of values. Bad conscience. Resentment.

Sumário

1. Introdução	8
2. A ideia dos valores: Bom e ruim, bom e mau	11
3. A transvaloração dos valores: bom e ruim, bom e mau	32
4. O ascetismo como fundamento da moral cristã	53
5. Conclusão	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1. Introdução

O objetivo da nossa pesquisa é descrever a crítica feita por Nietzsche, em relação à moral cristã e a forma que esta motiva o ser humano a deixar-se conduzir contra sua vontade natural e seus desejos, baseando sua vida no ressentimento motivado pela opressão do seu eu natural instigado a viver de forma devotada a um ser desconhecido.

Neste trabalho, buscamos analisar a questão do niilismo no âmbito da cultura moderna, bem como a crítica feita por Nietzsche à moral cristã e a maneira como o indivíduo permite que o ascetismo se imponha sobre ele e sua vontade, fazendo-o com que desconsidere o mundo real que o cerca e tome como princípio para sua existência a crença no desconhecido, no irreal, no sobrenatural, a crença em algo que foi divinizado e criado, deixando-se acreditar na ideia de um bem além da existência terrestre, da realidade que se vive, tal como a negação da vontade de si mesmo, sendo assim o homem como escravo da metafísica, do sobrenatural.

A problemática é desenvolvida em três pontos: **1) A transvaloração: bom e ruim, bom e mau**, tendo por finalidade esclarecer a ideia de valor bem como as ideias em torno do bom e ruim e sua transvaloração para o bom e o mau; **2) A noção de má consciência: da base antropológica à moral** como objetivo de definir as ideias em torno da má consciência, do ressentimento e da moral escrava e, dessa forma, associar ao comportamento do indivíduo que se torna refém de tais sentimentos, sendo o homem refém da má consciência. **3) o ascetismo como fundamento da moral cristã**, para esclarecer em que consiste a ideia de ideal ascético elucidando o efeito que a moral cristã realiza no indivíduo através desses ideais.

Tomamos como início a ideia de valor como conceito chave para a compreensão da moral cristã, em que Nietzsche afirma ter relação direta com o tipo de vida levado por um indivíduo, esse que é particular a cada um. Tal valor indica a ideia de baixeza e nobreza daquilo que ele nos convida a acreditar, a sentir e a pensar, sendo nesse momento que entendemos o poder do

conhecimento e a força que se impõe sobre a verdade. Dessa forma, a genealogia, afirma Machado, 1999 acaba por ser uma pesquisa sobre o valor da verdade como fruto da moral.

A partir disso, adentramos no conceito de bom e ruim, tomado, a princípio, como adjetivo, sendo o bom a execução correta de uma determinada atividade, por exemplo, e o ruim, por sua vez, se tornando a má execução, a falha, em uma determinada atividade. Com base nesse conceito, encontraremos duas visões: a visão aristocrata e a visão do ressentimento. A primeira é dada com base na ideia de que o bom está relacionado à nobreza, ao forte, ao destemido, enquanto o ruim é algo diferente do bom, ou seja, o plebeu, o fraco. Com a moral do ressentimento surge a transvaloração dos valores, em que o bom passa a ser visto com uma vítima, ou seja, o fraco, o oprimido, o impotente, o plebeu, e, por sua vez, o mau é aquele que se impôs sobre o fraco e oprimido, ou seja, o nobre, o forte, o destemido.

Com isso, vemos que quando conduzido pela moral cristã a ideia de bom está relacionada com o seguir aos ditames religiosos, a moral da Igreja, a vontade, a vida religiosa. Já o ruim é entendido como dispensar a vida religiosa, bem como seus costumes e ensinamentos, e conseqüentemente não seguir a Deus e nem a Igreja. Dessa maneira, a moral é medida por ações não egoístas, doar-se a Deus.

Conforme acontece a transvaloração dos valores morais é possível destacar a ideia de ressentimento tendo como intuito o de encontrar alguém para descarregar o seu ódio motivado pela frustração de ter fracassado em algo e, dessa forma, sentir-se vítima de alguém. Daí surge a necessidade em descarregar esse ódio em um possível culpado e, nesse momento, encontramos o sacerdote que busca orientar o ressentido fazendo-o se identificar como o culpado que, por sua vez, gera o sentimento de má consciência e com isso é conduzido pelo sacerdote a encontrar refúgio e felicidade dentro dos ditames da Igreja, servindo a Deus e fazendo sua vontade para ser digno de viver eternamente bem no reino dos céus, no reino de Deus. Com isso, surge a ideia de que o homem deve fazer tudo para agradar e servir a Deus, para que assim ele possa fazer parte do reino d'Ele e conseqüentemente o indivíduo renega e abdica sua inclinação natural e as suas vontades para seguir a vontade de Deus.

Ainda dentro do conceito da moral cristã encontramos a ideia de moral escrava que consiste na negação do devir, uma obrigação em relação aos conceitos pregados pela religião, a qual busca dominar o indivíduo e fazê-lo servo de Deus, de modo que ele não assuma as suas vontades e as suas necessidades. Com isso, o homem passa a ser movido, conduzido, pela ideia do que seria a vontade de Deus, pregada pelos sacerdotes e diante disso, o homem passa a sentir impotente diante do seu devir, infeliz em relação a vida, restando-lhe o ressentimento. É nesse momento que se destaca a diferença entre o que antes era ruim e agora é mau.

Nietzsche busca fazer uma relação entre o homem moderno e o homem pré-histórico, evidenciando as relações entre comportamentos e destacando a capacidade do ser humano de prometer e se lembrar das promessas feitas. Com isso se faz referência à mnemotécnica (uma relação de estímulo da memória), mencionando a ideia de credor e devedor, quando um assume o direito sobre o outro com intuito de quitar uma dívida, ou seja, o credor assume o direito sobre o devedor até que o devedor quite a dívida com o credor. Assim, surge a necessidade que o homem sente em se tornar mais forte do que o outro, encontrando na punição uma forma de exercer esse poder/força sobre o outro.

Com isso, podemos destacar a ideia de homem forte e fraco, em que este último pela visão aristocrata é considerado ruim. Tal fraqueza, segundo o autor, é alimentada pelo ressentimento como reflexo da má consciência, que encobre e alimenta o sentimento de vingança com o intuito de encontrar satisfação e recompensa. Consequentemente, o homem que se prende dentro da sua vontade, não realizando seus desejos e vontades, fica preso ao ressentimento, por conseguinte, a má consciência. Portanto, dentro dessa perspectiva encontramos a noção de castigo em que o forte castiga o mais fraco.

O castigo também é identificado dentro do âmbito religioso. Nele funciona como forma de punição para aqueles que não obedecem à vontade de Deus sendo considerados pecadores e com isso se entra no conceito de moral cristã e a noção de culpa baseada na relação do homem com o Deus cristão. A partir disso, podemos identificar a perspectiva judaico-cristã, sendo aquele que segue Deus considerado como bom e aquele que é indiferente a ele é considerado

mau. Sendo assim, entendemos que toda noção de bom e ruim, pecado e castigo está ligada à moral cristã, à má-consciência.

Dentro do ideal ascético destacamos, primeiramente, a necessidade que o homem tem em crer em algo para que possa dar sentido a coisas que ele não tem certeza, como a vida e a morte, mesmo que esse algo seja tão desconhecido quanto à própria vida e a morte. Conseqüentemente, este ideal diverge imensamente da filosofia quando relacionada à ideia de Deus. Enquanto a filosofia coloca o homem como dono de si mesmo e independente, alguns ideais ascéticos prega a doutrinação, tendo em vista que o ascetismo está presente na filosofia, na ciência e na moral cristã, e através de um ser metafísico, sobrenatural, com a necessidade em se agradar a Deus, dando assim a continuidade a ideia de má consciência e ressentimento.

Junto com o ideal ascético encontramos a pregação da moral cristã, os deveres e obrigações para serem supridas em prol da satisfação divina. Para essa pregação acontecer são necessários sacerdotes que façam a “ponte” entre os seres humanos e Deus. Sendo assim, o sacerdote assume a responsabilidade em manifestar a vontade divina e a impõe ao indivíduo que busca encontrar lugar no reino do céu, na vida eterna.

A base do ideal ascético consiste em dizer não à vida, dizer não ao eu do homem. O sacerdote ascético busca dar sentido à vida daqueles que perderam a vontade de viver, dando-lhe a expectativa de que existe outro mundo, outra vida posterior a essa que conhecemos. Daí a necessidade de agir bem como forma de abrir a porta para a outra vida, para o mundo metafísico. Com isso entende-se que a moral cristã prega o alívio para o sofrimento, para a dor, justificando a vida com o divino, com a ideia de viver para Deus, com Deus.

2. A ideia dos valores: Bom e ruim, bom e mau

Nietzsche, ao desenvolver os seus estudos a respeito da genealogia da moral, utiliza como referência para a elaboração da obra a busca pela ideia de *bem*, como este se fundamenta no comportamento moral do ser humano. A

princípio, quando pensamos no significado de bem se entende que o mesmo retrata uma conduta aceitável como praticável por si e pela comunidade, por meio de um percurso de boas práticas correspondente aos acordos morais daquele grupo social.

Nietzsche aborda essa questão de bom e ruim em estudo feito em torno da genealogia da moral, sendo este a forma utilizada para desenvolver a questão dos valores associados aos princípios morais ao qual o indivíduo está sujeito. A questão dos valores morais, de acordo com Nietzsche, mostra que dado um valor determinado, não seria necessário se perguntar sobre sua verdade e sua validade intrínsecas, mas sim sobre suas condições de produção, pois um valor é apenas uma indicação de um tipo de vida, de uma formação de domínio. Para entendermos melhor sobre do que se trata a genealogia da moral, observemos a seguinte citação:

O caráter tosco da sua genealogia da moral se evidencia já no início, quando se trata de investigar a origem do conceito e do juízo “bom”. Originalmente — assim eles decretam — “as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram úteis; mais tarde foi *esquecida* essa origem do louvor, a as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido *costumeiramente* tidos como boas, foram também sentidas como boas — como se em si fossem algo.” (NIETZSCHE, 2009, p. 16).

A princípio, a genealogia da moral parte da investigação em torno do que é bom, conceito que, por sua vez, é associado como sendo o adequado a ser praticado. Vale ressaltar que a ideia de bom está relacionado ao valor dessa prática, reduzindo o ser humano aos adjetivos bom ou ruim, indicando assim a motivação disposta pelo ser humano pela indicação dessas práticas, categorizando-as, por exemplo, como não egoístas. Assim, para chegar a essa conclusão é analisado ações que o mesmo tenha praticado, enfatizando a ideia de louvor, de admiração para tal comportamento. O bem para com os outros entra na ideia de valor bom.

Isso nos direciona novamente à questão do valor que a prática possui. A ideia de bom é associada a boas práticas, como por exemplo: pensar no outro e não só em si mesmo, pois quando inseridos na sociedade estamos condicionados aos valores morais definidos socialmente e o fazer boas ações é

o que vai considerar alguém como não egoísta (bom), alguém não egoísta pensa no outro e corresponde às idealizações pré-estabelecidas em sociedade. Com isso podemos afirmar que, de acordo com Nietzsche, o bem não está ligado, necessariamente, com as ações não egoístas, pois moralmente falando somos inclinados a pensar dessa forma em que o agir a partir de si é egoísta e agir em prol do outro é a prática do bem.

Na *Genealogia da moral*, Nietzsche, faz uma análise em torno do que é bom e ruim em relação à ideia de valores, bem como desenha o percurso percorrido pela transvaloração, a divergência entre o bem moral e o bem individual. Vejamos a citação a seguir:

Assim, quando a genealogia avalia o conhecimento, o importante não será perguntar se ele é verdadeiro ou falso. Inúmeras vezes Nietzsche assinala que o falso tem uma positividade quando considerado na perspectiva da vida, ressaltando mesmo o caráter negativo da verdade pelo fato de ser a supressão de um erro, de uma ilusão que é uma exigência básica da vida. O que é significativo nessa tentativa de inversão dos valores estabelecidos, como toda vez que Nietzsche elogia a aparência, é que o importante não é a verdade, mas a força do conhecimento. (MACHADO, 1999, p.55).

A análise feita pela genealogia em relação ao valor dos valores morais, não está ligada ao que é verdadeiro ou falso, e sim ao conhecimento a respeito do valor, pois nesse aspecto (do conhecimento) a sua veracidade pode variar de acordo com uma dada circunstância, nesse caso, a vida, ou seja, a forma como o valor. Assim, o valor deixa de estar ligado à essência do indivíduo e passa a ser relacionado com a posição social, essa que estará inserida dentro da percepção individual de cada um. A verdade pode afirmar algo que será revisto e, portanto, reafirmado de outra forma, transformando a antiga verdade em mentira, diante disso o senso comum (o falso) pode consentir como algo necessário, a ilusão é conveniente. Diante dessa perspectiva de Roberto Machado a respeito da percepção nietzschiana em torno do que se concretiza como valor, ele percebe que o conhecimento contido no falso pode ser capaz de satisfazer, convencer, o ser humano sobre sua veracidade, portanto, o que importa nessa análise são a força e o poder do conhecimento e, principalmente, a forma como ele é posto.

Um valor resulta sempre de uma avaliação, uma investigação em torno da ideia, do objeto em questão, por isso, Nietzsche critica a ideia do valor em-si, tendo em vista que esse valor não consta como propriedade do objeto, e sim algo externo que será atribuído a ele. Nesse sentido, entende-se que uma avaliação não é só um ponto de vista sobre o mundo, ela emite exigências psicofisiológicas que é indissociável do corpo que a gerou, da hierarquia instintiva aí presente e dos processos interpretativos do próprio organismo, isto é, de seus modos de apropriação de uma exterioridade. Em outras palavras, um valor tem sempre uma genealogia da qual dependem a nobreza e a baixeza daquilo a que ele nos convida a acreditar, a sentir e a pensar:

[...] a questão da verdade nasce, para Nietzsche, no bojo da moral; este é o seu aspecto mais essencial, a ponto de não se poder escapar da moral sem se libertar da vontade de verdade. Neste sentido, em vez de a genealogia ser uma pesquisa sobre a verdade do valor, ela é muito mais propriamente uma pesquisa sobre o valor da verdade. (MACHADO, 1999, p.60).

Ou seja, tendo em vista que a verdade, de alguma forma, nasce da moral é possível constatar que: enquanto houver vontade em compreender a verdade haverá, então, o aspecto moral, pois ambos caminham juntos e compartilham da mesma vontade: o conhecimento sobre a verdade. Tal conhecimento, consiste em uma pesquisa que avalia aonde reside a verdade, a qual valor está ligado, em que ela está ligada e a verdade é qual o ponto em que se assenta o conhecimento.

A princípio é importante mencionar a questão dos valores morais, sabendo que valor está associado à ideia de importância, a algo que é importante para alguém, ou até mesmo, em uma perspectiva comercial, a algo que tem preço, o qual varia conforme a importância do objeto. Sendo assim, a importância é a palavra chave para a ideia de valor.

Analisemos a seguinte afirmação de Nietzsche (2009, p.18):

Descobri então que todas remetem à mesma *transformação conceitual* — que, em toda parte, “nobre”, “aristocrático”, no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu “bom”, no sentido de “espiritualmente nobre”, “aristocrático”, de “espiritualmente bem-nascido”, “espiritualmente privilegiado”: um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz “plebeu”, “comum”, “baixo” transmutar-se finalmente em “ruim”.

Com isso nós podemos destacar duas percepções em relação à perspectiva de valor: 1) visão pagã e 2) visão judaico-cristã, dentro dessas duas visões encontram-se a definição do que é bom e ruim, bem como sua transvaloração de valores morais. Na primeira, a ideia de bom está associada ao ser humano como sendo forte, corajoso, nobre, enquanto a ideia de ruim está relacionado ao oposto da primeira, que seria o homem fraco, impotente, plebeu. Com a inserção do cristianismo na sociedade até então “pagã” acontece a transvaloração em que a ideia de bom e ruim agora passa a ser dita como bom e mau, ou seja, a segunda visão caracteriza o ser humano bom como sendo o fraco, o impotente, o plebeu, enquanto que o ruim cede espaço para o mau (agora não existe mais o ruim e sim o mau, que é responsável por toda infelicidade do homem fraco, o homem bom) aquele que é forte, corajoso, nobre. Com isso, percebemos que a moral cristã transforma as perspectivas morais e dá a elas um sentido não mais de algo desejável e sim constrói a posição de bom e mau. Vejamos o que defende a afirmação a seguir, NIETZSCHE (2009, p. 18):

Herbert Spencer, por exemplo: que estabelece o conceito “bom” como essencialmente igual a “útil”, “conveniente”, de modo que nos conceitos “bom” e “ruim” a humanidade teria sumariado e sancionado justamente as suas experiências *inesquecidas* e *inesquecíveis* acerca do útil-conveniente e do nocivo-inconveniente. Bom é, segundo essa teoria, o que desde sempre demonstrou ser útil: assim pode requerer validade como “valioso no mais alto grau”, “valioso em si”.

Pensando a partir da perspectiva de Spencer é possível compreender que o conceito de bom está ligado a ideia de conveniência, a utilidade em se praticar algo. A ideia de benefício é transformada em bondade, sendo assim algo conveniente a ser feito e praticado, assim relacionada a algo bom, enquanto algo ruim é o inconveniente, inadequado a ser praticado, um ato desagradável, sendo assim a popularidade do que é conveniente ou inconveniente é uma das conotações em relação à perspectiva moral em relação ao que é bom e ruim.

[...] nas palavras e raízes que designa o “bom”, transparece ainda com frequência a nuance cardeal pela qual os nobres se sentiam homens de categoria superior. É verdade que, talvez na maioria dos casos, eles designam a si mesmos conforme simplesmente a sua superioridade no poder (como “os poderosos”, “os senhores”, “os comandantes”), ou segundo o signo mais visível desta superioridade, por exemplo, “os ricos”,

“os possuidores” (este o sentido de *arya*, e de termos correspondentes em iraniano e eslavo). (NIETZSCHE, 2009, p.19).

Diante dessa perspectiva, o *bom* é visto na personificação de homem nobre, um senhor que perpetua a percepção de alguém superior aos demais, aquele que ordena e comanda a quem os demais devem obediência, expondo a questão do poder de uma classe sobre a outra, esses senhores conseguem se proclamar como aquele que detém o poder, se tornando o comandante da subclasse ao qual se colocam acima. Por outro, subentende-se que para a ideia de ruim o que resta é pertencer a subclasse, aqueles que devem obedecer aos senhores e que não tem o perfil para ser um comandante. Com isso, temos a visão aristocrática, na qual o nobre, aquele que é bem-nascido, já encaminhado, nascendo com a predisposição para a nobreza, cuja expectativa é de realizar grandes feitos, pois carrega consigo o título de bom. Diante disso, resta aos demais a condição de plebeu, aquele que é comum, e dessa forma visto como algo ruim.

Nesse sentido, pensemos a respeito do que significa as palavras: *bom* e *ruim*. Vejamos: a palavra *bom*, em sentido normativo, quer dizer efetuar, desenvolver algo conforme o que se foi exigido, obter bom desempenho na tarefa que foi destinado a fazer; *ruim*, por outro lado, é quando algo não é ou não obteve um resultado satisfatório, sendo inútil por não desempenhar de forma adequada uma determinada atividade. Esses significados são atribuídos de forma adjetiva, quando não há interseção moral em sua definição, sendo bom e ruim em sua natureza.

Isso quer dizer que antes de surgir a perspectiva da moral cristã o que definia e qualificava as coisas e a sua utilidade era a aristocracia, os nobres e os detentores do poder, ou seja, o que intervém sobre a idealização de *bom* era a visão da nobreza (nesse caso, Nietzsche faz uma referência à aristocracia da civilização grega), em que o *bom* condiz com o espírito de nobreza, é o nascido em boa família, pertencente à classe nobre e, assim, está predestinado a ser alguém com um papel importante na sociedade, alguém com expectativas em relação ao futuro, um indivíduo com bons feitos a realizar, tendo oportunidades e conquistas a serem contempladas. Sendo distante do plebeu, esse que, por sua vez é pobre e inferior ao nobre, é comum, igual a todos e não tem

possibilidades de grandes realizações, pois está predestinado a sempre servir. Seria este o sentido de *ruim*, algo que é diferente de *bom*, pois ambos os termos são qualificados pela perspectiva social aristocrática julgando esse ideário a partir do que pode ser cumprido e desenvolvido socialmente. Isto pode ser observado na seguinte afirmação de Nietzsche (2009, p.18):

[...] em toda parte, “nobre”, “aristocrático”, no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu “bom”, no sentido de “espiritualmente nobre”, “aristocrático”, de “espiritualmente bem-nascido”, “espiritualmente privilegiado”: um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz “plebeu”, “comum”, “baixo” transmutar-se finalmente em “ruim”.

Diante dessa perspectiva, o *bom* se tornou o nobre, enquanto o *ruim* passa a ser o plebeu, o enfermo. Com isso, observa-se a visão aristocrática, em que o nobre proclama a sua vida como sendo melhor e ele alguém superior, tendo o poder de ordenar e de definir o que é certo ou errado, bom ou ruim, se diferenciando por idealizar e realizar suas vontades, capaz de protagonizar “grandes feitos”, já predispostos por sua posição social favorecida, sendo assim indica um estado de bondade vinculado ao título de nobreza, trazendo consigo o sentido de *bom*, de desejado, de alguém que deve ser louvado, com isso, afirma-se como tendo o direito de estar acima dos outros (dos plebeus, do povo comum, a classe inferior). Dessa forma, o que resta aos demais é a condição de plebeu, o povo pobre, os enfermos aqueles que não são nobres, e, por sua vez, são diferentes de toda a representação vinculada à nobreza, encontrando-se na classe inferior, sendo associado ao que é comum, trivial, e, portanto, o que é ruim. Assim, entende-se que essa visão está ligada, também, a ideia de vontade, ou seja, o nobre ergue uma postura que é desejada, enquanto o plebeu exerce uma função que é indesejada, ambas podendo ser resumidas como algo bom e ruim, respectivamente.

Com a *Genealogia da moral*, Nietzsche leva a diante uma subversão crítica por meio do questionamento em relação a questão da criação dos valores, como é qualificada a ideia de valor. O método genealógico assim surge como um instrumento de diagnóstico em dois sentidos: 1º - relacionar os valores com o momento em que eles foram criados, 2º - relacionar essas avaliações com os valores. Diante disso, encontramos duas perspectivas: a dos nobres e a dos

ressentidos (plebeus). O nobre cria o valor *bom* a qual atribui a si mesmo, depois, como uma *pálida imagem contraste*, cria o valor *ruim* (aqueles que são fracos e desprezíveis); os ressentidos, por sua vez, inventam o valor *mau* (atribuído aqueles que são considerados fortes): elucidando a seguinte ideia: se ele é mau, então eu sou bom. O valor *bom* surge a partir de um movimento de reação, no sentido natural dos termos *bom* e *ruim*. O que antes era atribuído à ação afirmadora da existência e realização de feitos, agora é visto como comportamento forçoso em relação ao outro, visto a partir das suposições morais. Ou seja:

Devido a essa providência, já em princípio a palavra “bom” não é ligada necessariamente a ações “não egoístas”, como quer a superstição daqueles genealogistas da moral. É somente com um declínio dos juízos de valor aristocráticos que essa oposição “egoísta” e “não egoísta” se impõe mais e mais à consciência humana – é, para utilizar minha linguagem, o instinto de rebanho, que com ela toma finalmente a palavra (e as palavras). (NIETZSCHE, 2009, p.17).

A questão do *bom* ou *ruim* não deve ser vista de forma egoísta ou não, em que as ações determinam o seu ser. Vendo dessa forma, o *bom* estaria limitado a uma determinada atitude ou comportamento, sendo que seu significado está além de uma ação. Quando a moral passa a ser usada como referência para determinar ou qualificar atos e comportamentos, a palavra muda de sentido, aliás, a forma de utilizar o atributo bom e ruim altera de acordo com a questão pessoal, moral, agindo diretamente na consciência humana.

Quando levado para o sentido moral, o *bom* e o *ruim* tomam posições distintas do que foi proposto anteriormente pela aristocracia, com o ideal de nobreza de espírito, associados à postura social almejada. Por outro lado, em uma nova visão moral, direcionada a ideia judaico-cristã, a pessoa *boa* é aquela que tem boas ações (ações não egoístas), que é conduzida pela disposição religiosa, inferindo na consciência humana uma nova possibilidade que propõe uma justificativa e ocupação para o que, até então, era denominado como o nada, assim surge a ideia denominada de cristianismo, essa que age em prol de um ser denominado de Deus, esse que implica numa perspectiva divina, absoluta e sobrenatural motivando o ser humano a fazer a busca por essa divinização.

Sendo assim, persuade o ser humano a privar-se das pulsões, que passam a ser consideradas impuras e pecaminosas, que alimentam o corpo e o distancia de Deus. Assim é necessário abdicar dessas necessidades triviais e se dedicar a viver na pureza proposta pelo divino, negando os seus desejos e ímpetos e guardar-se para uma vida plena no reino de Deus. E a partir do sentido metafísico, o indivíduo consegue conceber a ideia de um mundo paralelo a esse que vivemos e assim entender que o nada agora é lugar de um ser divino. Assim, o *ruim* é aquele que se nega a viver sob os domínios religiosos (com atitudes egoístas) e, conseqüentemente, nega a existência do reino de Deus, pois não sente necessidade em cumprir os mandamentos impostos pela casta sacerdotal, já que é satisfeito com a vida que tem e com a crença pela qual é motivada. Dessa forma, não idealiza a vontade que sente como sendo algo ao qual se deva desprezar.

Durante esse percurso de construção da moral cristão encontramos o sacerdote, aquele que representa e orienta os servos à palavra de Deus, esse que tem como missão representar e repassar todo o ensinamento e a vontade de Deus em relação à humanidade, o que deve ser feito por ela durante a sua existência no plano terrestre. Nesse sentido, o sacerdote assume como função pastorear, ajudar, guiar o seu rebanho, inclusive descarregar e aliviar suas mágoas e ressentimentos, em relação às frustrações e desânimos que a vida dura e injusta lhe proporciona, para Nietzsche (2009, p. 107-8):

De fato ele defende muito bem o seu rebanho enfermo, esse estranho pastor — ele o defende também de si mesmo, da baixeza, perfídia, malevolência que no próprio rebanho arde sob as cinzas, e do que mais for próprio de doentes e combalidos; ele combate, de modo sagaz, duro e secreto, a anarquia e a autodissolução que a todo momento ameaçam o rebanho, no qual aquele mais perigoso dos explosivos, o ressentimento, é continuamente acumulado. Descarregar este explosivo, de modo que ele não faça saltar pelos ares o rebanho e o pastor, é a sua peculiar habilidade, e suprema utilidade; querendo-se resumir numa breve fórmula o valor da existência sacerdotal, pode-se dizer simplesmente: o sacerdote é aquele que *muda a direção* do ressentimento.

Ou seja, o ressentido é alguém que é movido pelo sentimento de tristeza, de fracasso, que revive momentos de fraqueza, desânimo e sofrimento, julgando sua vida como inútil e ineficiente, buscando um culpado para servir de alvo para

seu ódio, rancor, querendo alguém para culpar por toda infelicidade e mazela que venha a acontecer em sua vida. O ressentido busca alguém que possa ser a justificativa de todo mal e insatisfação que ocorra a ele, sendo nesse momento que o sacerdote entra em cena, pois ele é o bom pastor, o ser enviado por Deus, e que veio para cuidar e orientar suas ovelhas (os ressentidos) mudando a direção do seu ressentimento para fazê-los se enxergarem como o responsável por seu próprio sofrimento. A má consciência é o ressentimento voltado contra si próprio, ou seja, o ressentido que busca um alvo para jogar toda sua fraqueza e fracasso.

Com a intervenção do sacerdote, o ressentido passa a enxergar em si o motivo das conquistas e fracassos. Ele percebe que é responsável por seu próprio sentimento e dessa forma busca a salvação, assim, encontrando um meio para reverter à má consciência, dessa forma sendo instigado a buscar a fé, assim acreditando que é possível encontrar a felicidade eterna numa vida além desta, usando a vida terrena como um parâmetro para impulsionar a qual vida encontrará no além-mundo. Aceitar a sua condição medíocre e fracassada, se dispor a viver para Deus e aceitar não só a condição que está vivendo como as recompensas que Ele lhe proporcionará, o destino divino após todo o sofrimento, ou seja, a busca pela vida e glória no reino divino de Deus, esse que tornará todo sofrimento e fracasso em vitória e satisfação.

Pois o homem ruim é ruim apenas por erros; se alguém o livra do erro, torna-o necessariamente – “bom”. – Esta maneira de raciocinar cheira a plebe, que no mau agir enxerga apenas as consequências penosas, e verdadeiramente julga que “é estúpido agir mal”; enquanto admite sem problemas a identidade de “bom” com “útil” e agradável. (NIETZSCHE, 2005, p. 79).

A partir disso, compreende que o sentido de *ruim*, está ligado a ideia de agir erroneamente, porém pode ser modificado conforme a correção desses erros, pois o erro conduz o homem a ser classificado como bom ou ruim, se ele erra é *ruim*, caso ele se livre do erro se torna *bom*. Ou seja, a identidade de bom, ruim ou mau está contido no observador, cada qual irá se definir como bom e o seu oposto como ruim/mau, nesse caso a ideia de valor será associada à classe, por exemplo, a classe nobre e à classe plebeia ambas irão representar a sua composição no âmbito social com base no que é ideal e propenso para a conservação do grupo social no qual se está inserido. Tendo em vista que o certo

e o errado, esse que irá indicar o que é bom ou ruim, variando conforme a percepção que se tem das coisas, a conduta será indicada a partir da relação que se faz entre esses dois termos que são parâmetros para a afirmação da conduta moral. Utilizando a vertente plebeia, sempre encontramos o aristocrata, aquela que é nobre e forte, como alguém mau, enquanto o enfermo e plebeu será o bom, aquele que foi injustiçado e merece ser recompensado, enquanto na visão aristocrata verá o plebeu como ruim, pois ele é fraco e incapaz de alcançar os seus objetivos, está predestinado a sempre servir e nunca será servido, enquanto o nobre será o bom e digno de ser louvado.

Dessa regra, a de que o conceito denotador de preeminência política sempre resulta em conceito de preeminência espiritual, não constitui ainda exceção (embora dê ensejo a exceções) o fato de a casta mais elevada ser simultaneamente a casta sacerdotal, e, portanto, preferir, para sua designação geral, um predicado que lembre sua função sacerdotal. É então, por exemplo, que “puro” e “impuro” se contrapõem pela primeira vez como distinção de estamentos; aí também se desenvolvem depois “bom” e “ruim” num sentido não mais estamental. (NIETZSCHE, 2009, p. 21).

A partir desta citação é possível compreender que, com a intervenção da moral religiosa, a ideia de classe superior toma um novo rumo sendo os sacerdotes os representantes dos preceitos de um ser superior, esse que representa um mundo eterno e soberano, desconhecido para nós, invisível aos nossos olhos, como também se tornam os críticos e representantes do divino, designados a julgar e conduzir a sociedade na nova “regra”, “lei” social, que é motivada pela vontade superior de um ser superior e criador de todas as coisas. Sendo assim eles, os sacerdotes, se torna uma classe superior aos outros, pois são conhecedores da palavra de Deus e, conseqüentemente, representantes d’Ele, e, com isso, eles impõem a suas ovelhas a forma correta e “pura” de agir, aquela que será vista e agraciada pelo Senhor, assim fazendo a vontade d’Ele, seguindo o que Ele orienta. Através dos sacerdotes, é possível encontrar um espaço no reino do divino, no qual encontrará a felicidade eterna, o poder agora pertence à casta sacerdotal.

Os sacerdotes são como sabemos, os mais terríveis inimigos — por quê? Porque são os mais impotentes. Na sua impotência, o ódio toma proporções monstruosas e sinistras, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa. Na história universal, os grandes odiadores sempre foram sacerdotes, também os mais ricos de

espírito — comparado ao espírito da vingança sacerdotal, todo espírito restante empalidece. A história humana seria uma tolice, sem o espírito que os impotentes lhes trouxeram — tomemos logo o exemplo maior. (NIETZSCHE, 2009, p. 22).

Nietzsche afirma que a presença dos sacerdotes a frente da doutrina cristã causa um grande dano social, pois ele acredita que o cristianismo é o pior inimigo que o indivíduo pode ter, tendo em vista que se utiliza da religião para manipular a sociedade a fazer o que deseja. Além disso, quando a fé não é suficiente para intervir na questão psicológica, emocional e social do ser humano o sacerdote utiliza a perseguição como arma para manter o poder que exerce sobre o outro, tendo em vista que carrega consigo a falsidade, o ódio e a perseguição veementemente enraizados em suas palavras. Deste modo, os eclesiásticos são capazes de intensificar todos esses sentimentos em torno do indivíduo e suas questões emocionais, buscando torná-lo servo de seu ódio e perseguindo aquele que se coloca diferente dele, assim seguindo tudo que é conveniente a Igreja.

Os maiores indícios de perseguição e manifestação de ódio são conduzidos pelos sacerdotes, esses que o utilizam a vontade de Deus para justificar as atrocidades que cometem em seu nome. Como bem afirma Nietzsche, em sua obra o *Anticristo*, 2020 – “Cristão é o ódio contra o espírito, contra o orgulho, coragem, liberdade, *libertinage* [libertinagem] do espírito; cristã é o ódio contra os sentidos, contra a alegria dos sentidos, contra a alegria em geral...”, e com isso os sacerdotes são, ao mesmo tempo, os mais espiritualizados e os mais odiosos, pois o cristianismo desperta em quem o segue a vergonha de si e a crença no pecado, assim como desperta a rejeição e o ódio em virtude daquele que escolhe seguir a liberdade longe do cristianismo.

O fraco só consegue afirmar-se negando aquele a quem não se pode igualar. Negação e oposição: essa é a lógica da moral do ressentimento. Aqui, força e maldade confundem-se. Radicalmente diferente, a moral dos nobres surge da afirmação e, mais, da auto-afirmação. Conceber a existência como um duelo leal é condição inerente ao forte; não se pode guerrear quando se despreza e não há por que fazê-lo quando se domina. Dessa perspectiva, “ruim” designa os desprezíveis, os indignos de serem inimigos. O valor “bom” que se encontra numa moral não é, pois, idêntico ao que está presente na outra; é o seu oposto. Tanto é assim que o filósofo declara: “esse ‘ruim’ (*schlecht*) de origem aristocrática e esse ‘mau’ (*böse*) fermentado na cuba de um ódio insaciável [...]. (MARTON, 1990, p. 73).

Com isso, entendemos que a relação do ser humano fraco com o nobre está ligada a ideia que ele faz de si como sendo incapaz de alcançar a imagem do homem nobre. Assim, o meio que ele encontra para aliviar essa sensação de incapacidade é alimentando o ressentimento que lhe permite encontrar um sentido no sentimento de insatisfação, confundindo força e vigor com maldade e perversidade. Diferente disso, tem o ser humano nobre que afirma em si a sua força e nobreza, percebendo o outro, o fraco, como sendo algo diferente do que representa e por sua vez algo indesejado, ruim. Assim compreendemos que os valores expostos pela visão aristocrata e pela visão cristã são distintos, em relação ao que é ruim e ao que é bom, enquanto os nobres percebem o plebeu como uma condição indesejada e o povo judaico-cristão percebe o nobre como sendo pessoas más e, em alguns casos, cruéis. Assim, Nietzsche elucida a questão do ruim com o termo *schlecht* o que representa a ideia de mau.

Com essa transmutação realizada pela moral cristã na cultura ocidental, começam a surgir os princípios morais, nos quais o homem deve fazer de tudo para agradar a um deus e pertencer ao seu reino. Diz Nietzsche (2005, p. 57): —“Amar o homem por amor a Deus — foi, até o momento, o mais nobre e mais remoto sentimento alcançado entre os homens.”— O homem prega a ideia de que é necessário amar o próximo como a si mesmo, assim, ao mesmo tempo em que se agrada se ama a Deus, porém não se pode crer que tal afirmação seja posta como livre de intenção, pois, segundo o autor, é um equívoco afirmar tal coisa, tendo em vista que o homem sempre age com alguma intenção, sempre busca algum retorno, visando ser beneficiado de alguma forma. Nesse sentido, ele busca a redenção, a aprovação divina, a “passagem” que o leve para o tão esperado descanso eterno. Ou seja:

[...] os miseráveis somente são os bons, apenas os pobres, impotentes, baixos são bons, os sofredores, necessitados, feios, doentes são os únicos beatos, os únicos abençoados, unicamente para eles há bem-aventurança – mas vocês, nobres e poderosos, vocês serão por toda a eternidade os maus, os cruéis, os lascivos, os insaciáveis, os ímpios, serão também eternamente os desventurados, malditos e danados! (NIETZSCHE, 2009, p. 23).

Com isso, nota-se a inversão de valores, o que era *bom*, o nobre, o forte, destemido passa a ser *mau*, o que era pobre, comum, enfermo, passa a ser *bom*.

Surge, então, a perspectiva judaico-cristã onde os pobres e impotentes serão exaltados e os nobres serão rejeitados. A forma que os sacerdotes utilizam para consolar os pobres e impotentes é aceitar a realidade medíocre e insignificante que eles vivem, acreditando que essa é a vontade de Deus, pois eles precisam passar por todo esse sofrimento para alcançar a recompensa. Assim, transporta-se todas as perspectivas com esperança em receber a tão sonhada recompensa por todos os males sofridos e suportados, crença essa de que existe uma vida além da que se conhece (a vida terrena). Em outro sentido, a vida esperada e almejada é uma vida eterna e próspera para quem cumprir com os requisitos impostos pela moral-cristã, os quais consistem em renegar o desejo humano e viver a vontade de Deus.

Dessa forma, o indivíduo é estimulado a acreditar que a vida que se tem no céu será o inverso do que foi vivido até então, na Terra, ou seja, aquele que sofreu e foi excluído será louvado e gozará de todas as plenitudes que o reino do céu pode oferecer, enquanto aquele que na Terra foi aclamado e nobre, no céu, por outro lado, será renegado. Assim, aquele que se omite e aceita a realidade que lhe foi imposta, que segue as orientações dos sacerdotes, representantes de Deus, é considerado como um ser bom.

Ainda dentro da perspectiva da transvaloração dos valores morais encontramos a visão escrava, onde os escravos são os bons e humilhados e os senhores são os maus e torturadores, trazendo consigo uma nova perspectiva em relação à questão moral. Vejamos o que diz Nietzsche (2009, p. 26):

A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu” – e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento.

O que se fundamenta na moral escrava é, na verdade, uma reação ao não-eu, consistindo na negação do devir, visando uma obrigação moral pregada a partir de conceitos orientados por uma comunidade religiosa que segue princípios em que é necessário viver em função de um ser supremo, Deus, e,

com isso, internalizar, reprimir as vontades de si mesmo, negar instintos, afetos e liberdade para viver em Deus, seus imperativos e ensinamentos. Diante disso, é possível identificar o efeito causado no homem que nega a vida, que se sente impotente ante o devir e que se transforma em ressentimento.

Em contrapartida, nota-se a grandeza do espírito, a nobreza gerada pela afirmação da vida, surgindo assim a perspectiva de que o senhor pertencente à nobreza e que prioriza suas vontades concebendo a realização das mesmas passa a ser visto, pelos escravos, como sendo a representação do que é mau, aquele que o impede de realizar suas vontades, sendo, algumas vezes, o torturador que lhe causa aflição e sofrimento. Nesse sentido, o servo é o bom homem que foi oprimido e condicionado a sempre servir, que foi incapacitado de ser alguém melhor e com isso vem o ressentimento em não ser nobre, em ser escravo.

Os judeus — um povo “nascido para a escravidão”, como diz Tácito, e com ele todo o mundo antigo, “o povo eleito entre as nações”, como eles mesmos dizem e crêem — os judeus realizaram esse milagre da inversão dos valores, graças ao qual a vida na Terra adquiriu um novo e perigoso atrativo por alguns milênios — os seus profetas fundiram “rico”, “ateu”, “mau”, “violento” e “sensual” numa só definição, e pela primeira vez deram cunho vergonhoso à palavra “mundo”. Nessa inversão dos valores (onde cabe utilizar a palavra “pobre” como sinônimo de “santo” e “amigo”) reside a importância do povo judeu: com ele começa a *rebelião escrava na moral*. (NIETZSCHE, 2005, p. 83).

Diante da visão dos ressentidos é possível observar a variação da palavra que se opõe ao que é bom o que antes era visto como ruim, agora se torna mau. Ruim se definia por ser diferente de bom, ser algo ou alguém a quem não se queria ser análogo, alguém fraco, por exemplo: os plebeus, enquanto que o bom era caracterizado pelo ato de ser forte, nobre, dotado de poder e destemido, porém, na visão do homem ressentido, aquele a quem a nobreza tinha como sendo algo ruim se torna o bom, ou seja, o pobre, o humilde, o fraco, nesse sentido é visto como algo bom, enquanto que o bom (visto pelo viés da nobreza), por sua vez, se torna o mau (o ruim é substituído pelo ideia de mau), com sentido de homens cruéis e impiedosos que exercem sua força e sua ira sobre o outro. Podemos perceber agora que não é apenas uma oposição ao que é bom, mas a personificação de homem mau. Observa Nietzsche (2009, p. 28):

Este “ruim” de origem nobre e aquele “mau” que vem do caldeirão do ódio insatisfeito – o primeiro uma criação posterior, secundária, cor, complementar; o segundo, o original, o começo, o autêntico feito na concepção de uma moral escrava – como são diferentes as palavras “mau” e “ruim”, ambas aparentemente opostas ao mesmo sentido de “bom”: perguntemo-nos quem é propriamente “mau”, no sentido da moral do ressentimento. A resposta, com todo o rigor: precisamente o “bom” da outra moral, o nobre, o poderoso, o dominador, apenas pintado de outra cor, interpretado e visto de outro modo pelo olho do veneno do ressentimento.

O ressentimento na moral escrava deriva da relação de senhor e escravo, pois de que maneira um escravo poderia ver seu senhor que apenas o atribui tarefas e ordens, cobrindo-o de maus tratos, humilhações e até atos de crueldade como alguém bom? O bom, na visão escrava, são os próprios escravos, oprimidos, humilhados que se cobrem na sombra do ressentimento como uma forma de se confortar, esperando que todo o sofrimento vivido seja uma forma de lhes dizer o quanto são bons e o quanto serão recompensados mais à frente, no reino do divino.

No ressentimento, o que acontece é o domínio das forças reativas sobre as forças ativas, aqueles que não agem julgando aqueles que agem. O ressentido é alguém que nem age, nem reage realmente apenas idealiza uma vingança imaginária fazendo com que o ressentido veja sentido na sua falta de força: tendo o outro como culpado do que ele não tem coragem de fazer, do que ele não é capaz de ser. Concebendo o inimigo forte como um homem mau ele pode, finalmente, ser o homem bom digno de alguma predileção.

A ideia de ressentimento surge com o cristianismo, com o intuito de trazer conforto para aqueles que não são capazes de fazer algo que lhes traga verdadeira honra. É o consentir em ser nada com a justificativa de que esse é o desejo de Deus, tendo uma finalidade que representa a bondade, a obediência, que é o aceitar o que lhe foi disposto por um ser criador de todas as coisas, é o consentir e calar diante da vida que se passa e simplesmente acreditar que esse é o único caminho a ser seguido. É a resignificação de bom: aceitar o que lhe foi disposto e não questionar, restando acreditar que esse sacrifício gera a possibilidade de viver da forma mais plena que se pode existir, fazendo com que todo o sofrimento e esforço tenha sentido e seja, de alguma forma, recompensado. Vejamos o que diz NIETZSCHE (2009, p. 40):

[...] Mas pode haver dúvida: considere-se diante de quem os homens se inclinam atualmente na própria Roma, como a quintessência dos mais altos valores – não só em Roma, mas em quase metade do mundo, em toda parte onde o homem foi ou quer ser domado –, diante de três judeus, como todos sabem, e de uma judia (Jesus de Nazaré, o pescador Pedro, o tapeceiro Paulo e a mãe do dito Jesus, de nome Maria). Isto é muito curioso: Roma sucumbiu, não há sombra de dúvida.

A Igreja travou uma batalha entre os povos judeus e romanos. De um lado, o povo romano, nobre, forte, repleto de beleza e sabedoria, do outro lado os judeus representando todo o contrário do que é posto aos romanos, fraco, comum, dominado pela moral sacerdotal, povo que representa o ressentimento, mas que apesar de aparentar fraqueza acaba por dominar não só a Judéia, mas também Roma e o resto do mundo. A representação de Jesus, como filho de Deus e de uma judia, trouxe consigo o triunfo e a vitória dos judeus, bem como o da Igreja.

O cristianismo assim surge e põe quase todo o mundo de joelhos, dispostos a prestar-se e render-se a um judeu plebeu que morreu e ressuscitou, seja verdade ou não, a ideia do Deus que além de ser o senhor do povo ainda se sacrifica por ele, tomou conta de uma imensa população. O homem é domesticado pela moral cristã e assim se torna servo dela.

O reino de Deus aparece como produto do ódio e do desejo de vingança dos fracos. Ódio e desejo de vingança seriam as palavras-chaves para compreender o ressentimento. É a diferença que causa o ódio, ou melhor, é a recusa da diferença que o engendra. Incapaz de aniquilar o forte, o homem do ressentimento quer vingar-se, mas, não podendo fazê-lo, imagina o momento em que sua ira se exercerá impiedosa e implacável; inventa a ocasião em que lhe será, finalmente, permitida a desforra. (MARTON, 1990, p. 75).

Portanto, deparamo-nos com a ideia que motiva e incentiva o ressentimento como sendo uma manifestação de rancor e ódio do ressentido para com outro, esse que, geralmente, ocupa o papel de senhor, em que a única recompensa aparente é poder ver aquele que é visto como causador de algum mau ao ressentido ser punido severamente. Dessa forma, o ressentimento conduz o homem a regressão e, conseqüentemente, ao sentimento de insatisfação trazendo aquele que se permite ressentir-se a inépcia, despertando a necessidade de alguma reparação, essa que é construída em cima do sentimento de vingança. Assim, a ideia do reino de Deus é associada ao recanto

dos ressentidos, aqueles que almejam a redenção após o desejo de vingança, em que após todos os episódios de ódio, se apegam na crença de que ao final da vida serão recompensados e todo o ressentimento será convertido em alegria e realização. Vejamos a citação a seguir.

— “Compreendo; vou abrir mais uma vez os ouvidos (ah! E fechar o nariz). Somente agora escuto o que eles tanto diziam: ‘Nós, os bons — *‘nós somos os justos’* — o que eles pretendem não chamam acerto de contas, mas ‘trunfo da justiça’; o que eles odeiam não é o seu inimigo, não! Eles odeiam a ‘injustiça’, a ‘falta de Deus’; o que eles crêm e esperam não é a esperança de vingança (— ‘mais doce que mel’, já dizia Homero), mas a vitória de Deus, do deus *justo* sobre os ateus; o que lhes resta para amar na terra não são os seus irmãos no ódio, mas seus ‘irmãos no amor’, como dizem, todos os bons e justos da terra.”(NIETZSCHE, 2009, p. 35-6).

A partir disso, compreende-se que o autor atribui a ideia de justiça pregada pelos cristãos como relacionada com a questão do ódio e da vingança. Nesse sentido, a justiça se enquadra na perspectiva de fazer com que aquele que não crê em Deus seja punido, castigado, ou seja, os bons e justos são aqueles que cumprem com o que diz as sagradas escrituras cristãs e aqueles que não cumprem com ela estão condenados a pagar por tal infâmia.

O ser ateu é ser contra Deus, esse que representado a ideia de ateísmo oferece liberdade de comportamento aos seus “seguidores”, ou seja, seguir a própria vontade sem se preocupar em ter que agradar a algum deus, tornando-se alvo do ódio dos cristãos e dignos de punição, para que assim possa ser cumprida a dita justiça: os cristãos exaltados e os ateus condenados. A ideia de justiça está enraizada no sentimento de vingança esse que tem como objetivo odiar aqueles que seguem livremente e satisfeitos com a vida que tem independente de Deus e esse é o grande motivo de ódio dos cristãos, pois não se pode ser feliz plenamente sem Deus.

Nietzsche afirma que o cristianismo, além de fazer com que milênios de história fossem esquecidos, surge quando tudo já estava em andamento e prosperando, sendo a escrita, a filosofia, a ciência, um grande mau que arremete a sociedade representado pelos sacerdotes que perseguem aqueles que dizem sim à vida e que nesse dizer sim à vida entendem a si como com deus. Vejamos o que diz NIETZSCHE (2020, p. 74) — um silogismo de sacerdote não é

absolutamente apenas judeu ou cristão: o direito à mentira e a prudência da “revelação” pertencem ao tipo dos sacerdotes da *décadence*, como sacerdotes do paganismo (pagãos são todos que dizem Sim à vida, aos quais “Deus” é a palavra para o grande Sim a todas as coisas) — nesse sentido entende-se que dizer sim enquanto cristão é dizer sim a Deus e todas as coisas que ele propõe abdicar da vida enquanto ser humano que sente vontades e necessidades biológicas. É o dizer sim a Deus e viver para ele, enquanto o pagão, não acredita nessa finalidade. O dizer sim à vida está relacionado a viver conforme o desejo que se tem com relação às coisas, seus ímpetos.

Por outro lado, o sacerdote da *décadence* sempre irá compelir o ser humano a ignorar a sua realidade e buscar a salvação no reino de Deus, pois tudo que for diferente disso (a vontade de Deus) será escorraçado. Vejamos a citação a seguir.

Eu gostaria de escrever essa acusação eterna ao cristianismo em todos os muros, em todas as partes onde haja muros – eu tenho caracteres para que também cegos consigam ver... Eu denomino o cristianismo “a” grande maldição, “a” grande corrupção interna que existe, “o” grande instinto de vingança, para a qual nenhum meio tóxico, clandestino, subterrâneo é *pequeno* o suficiente – eu o denomino “a” mácula imortal da humanidade... (NIETZSCHE, 2020, p.87).

Nietzsche define o cristianismo como sendo a maldição da sociedade, causando alienação, intensificando os sentimentos de ódio e vingança no ser humano, fazendo com que o mesmo esqueça a realidade para viver cogitando um mundo divinizado em que o ressentido alcançará a aclamação eterna e, portanto, enquanto a humanidade se permitir dominar pelo cristianismo será esse o reflexo social: perseguição, vingança, ódio e, obviamente, ressentimentos imortalizados na sociedade cristã, em que mundo nenhum será suficiente para comportar tamanhos sentimentos

Nietzsche deixa claro o seu desprezo em relação à forma que o cristianismo intervém no comportamento humano. Percebendo que quando os primeiros indícios de cristianismo surgiram o mundo já tinha seus deuses, sua filosofia, sua escrita, sua organização social e política e a moral cristã, derivada dos judeus, veio reconstruindo todos esses saberes e despertando no ser

humano o ressentimento e a enfermidade, pois enquanto os gregos incentivam a força e a saúde, os cristãos incentivam a doença e a fraqueza, como diz Nietzsche, 2020, p. 66 — Ninguém está livre para tornar-se cristão: não é “convertido” ao cristianismo — é preciso ser enfermo o suficiente para tanto... — com isso percebemos que o autor define o cristianismo como uma doença que inutiliza o seu seguidor e para segui-la você já precisa de alguma forma, ser mazelado. Vejamos o que diz a citação a seguir.

O dístico dessa luta, escrito em caracteres legíveis através de toda a história humana, é “Roma contra Judeia, contra Roma”: — não houve, até agora, acontecimento maior do que *essa luta*, essa oposição moral. Roma enxergou no judeu algo como a própria antinatureza, como que seu monstro antípoda; em Roma os judeus eram tidos por “*culpados* de ódio a todo o gênero humano”: com razão, na medida em que se tenha razão ao vincular a salvação e o futuro do gênero humano ao primado absoluto dos valores aristocráticos, dos valores romanos. (NIETZSCHE, 2009, p.40).

Diante disso, compreende-se que Roma e a Judéia travaram uma grande batalha, com Roma representando a aristocracia e os pagãos e a Judéia surgindo a frente do cristianismo. Essa luta foi caracterizada por disputas morais e religiosas, uma tentando se contrapor a outra. A Judéia, discordando de tudo que fora criado e pensado até então e Roma buscando manter o que já tinha concebido e nesse entrave das problemáticas o que se destacava é a questão essencial ao cristianismo, essa que se dá em volta das manifestações de ódio, da busca por culpados e pecadores que precisavam da salvação e nesse quadro só restava aos romanos ceder ao cristianismo e se tornar um pecador que busca a redenção que se dispõe a buscar a salvação.

Pois os romanos eram fortes e nobres, como jamais existiram mais fortes e nobres, e nem foram sonhados sequer: cada vestígio, cada inscrição deles encanta, se apenas se percebe o *que* escreve aquilo. Os judeus, ao contrário, foram o povo sacerdotal do ressentimento *par excellence*, possuído de um gênio moral-popular absolutamente sem igual: basta comparar os judeus com outros povos similarmente dotados, como os chineses ou os alemães, para sentir o que é de primeira e o que é de quinta ordem. (NIETZSCHE, 2009, p.40)

Com isso, encontramos a definição das duas culturas, a primeira, sendo a dos romanos, aqueles que são representados pela força, pela nobreza, pelo que é belo e encantador, buscando a felicidade e a realização da vontade de si

mesmo. Em contrapartida, temos os judeus que se opõem aos romanos como o povo da casta sacerdotal que prima pelo ressentimento, pelo enfermo, por tudo que é fraco e incapaz de qualquer expectativa positiva em relação à autonomia do ser humano, sendo aqueles que buscam perseguir aquele que é o oposto de si, afirmando o ódio como sendo uma justificativa para a justiça divina.

Sendo assim, ambos representam duas vertentes da perspectiva moral, bom e mau. Pela visão aristocrata, a imagem dos romanos seria a noção correta do que é o bom e os judeus a imagem do que é ruim, entretanto, quando acontece a transvaloração dos valores morais os romanos se tornam os homens maus e os cristãos (judeus) os homens bons. Nesse sentido é possível perceber que Nietzsche se opõe veementemente a essa segunda perspectiva, tendo em vista que ele associa ao cristianismo, assim como aos judeus, a perspectiva do mau que acomete a sociedade.

Nietzsche afirma que a Judéia conseguiu vencer não só Roma como fez com que boa parte do mundo se rendesse a ela, seguindo os valores impostos pelo cristianismo embasados na história de judeus, em que quatro deles tiveram um papel fundamental em toda composição judaico-cristã, sendo eles: Jesus de Nazaré, aquele que realizou milagres e ficou conhecido como filho de Deus e que a história afirma ter morrido pela humanidade. Essa e outras histórias e feitos são contados em forma de exaltação em nome daquele que ficou conhecido como sendo a encarnação do deus vivo; Pedro e Paulo, por outro lado foram convertidos pelos discursos de Jesus e são coadjuvantes. Após a morte do mesmo, na fundamentação e na sistematização da Igreja sendo agentes persuasivos no discurso de conversão, sendo Pedro o 1º papa da Igreja Católica e Paulo agindo como mensageiro da palavra de Deus e aquele que intermedia a comunicação entre os povos; e Maria, mãe de Jesus, que abraçou junto a eles e os outros discípulos o itinerário messiânico de Jesus. Assim foi estabelecido o padrão de bondade a ser seguido e o cristianismo alcançou as demais civilizações, sobretudo no Ocidente.

Por fim, chegamos à questão da transmutação dos valores morais, *bom* e *ruim*. Ao traçar o percurso genealógico, esses são fundidos na perspectiva do cristianismo assumindo outra forma de qualificação moral, em que antes era visto de forma aristocrática, o nobre sendo conhecido como o bom e o plebeu como o

ruim. Agora é afirmado pelo ponto de vista judaico-cristã que tem como o homem bom, aquele que é plebeu, enfermo, humilde, sofredor e ressentido, disposto a negar a vida humana para obter as recompensas na “vida eterna”, no reino de Deus, encontrando no cristianismo o consolo para justificar sua miséria e sua falta de vigor. Por outro lado, o que era bom de acordo com a moral aristocrática se torna mau, não ruim, pois nesse caso a moral se torna um referencial em torno da conduta dos senhores com relação aos plebeus (os escravos), o homem forte, viril, corajoso, destemido, o nobre, agora é visto como um ser cruel e impiedoso, esse que é indigno das graças do céu, sendo merecedor da justiça divina que está disfarçada no desejo de vingança regada ao ódio daqueles donos do ressentimento. O homem bom é seguidor e temente a Deus, o homem mau é indiferente a Ele.

3. A transvaloração dos valores: bom e ruim, bom e mau

Quando se fala em má consciência é necessário mencionar algum indivíduo que está submetido à projeção de tal pensamento. Sendo assim, antes de tudo é importante pensar no homem e compreender as suas necessidades, bem como a forma como enxerga a sociedade a sua volta, tendo em vista que ele se encontra inserido nela e está submetido àquilo que nela está contido.

Assim podemos perceber que o homem busca fazer parte de um grupo social, em que deseja se vincular a algo que o possibilite desenvolver seus projetos e destacar-se entre os demais. Ele busca constantemente ocupar ou desenvolver um cargo na sociedade para se afirmar como alguém capaz de sobressair, provando sua importância ao grupo e, com isso, exercer algum tipo de poder sobre o outro.

O ser humano dotado de pensamento, orientado pela *consciência*, é capaz de desenvolver a partir da oratória, argumentos e diálogos que o possibilitam planejar, praticar e alcançar a realização de seus objetivos, encontrando a capacidade de fazer promessas o ensejo para conquistar meios de adquirir o poder. Vejamos a afirmação de Nietzsche (2009, p. 43) —“Criar um animal que pode fazer promessas – não é esta a tarefa paradoxal (Volta-se contra a força ativa do esquecimento) que a natureza se impôs, com relação ao

homem? ” — Com base nisso, compreende-se que a capacidade cognitiva que o ser humano desempenha é algo natural a ele.

É através da faculdade da razão que é atribuída a responsabilidade da consciência, a liberdade que se desenvolve no pensamento capacitando o homem a criar, elaborar e dialogar com suas ideias, refletir sobre elas e compreender o que é conveniente ou não. Esses instrumentos são essenciais à sua natureza, enquanto ser pensante, sendo essa a principal tarefa atribuída ao homem. Vejamos o que diz Nietzsche (2009, p. 45):

O orgulhoso conhecimento do privilégio extraordinário da *responsabilidade*, a consciência dessa rara liberdade, desse poder sobre si mesmo e o destino, desceu nele até sua mais íntima profundidade e tornou-se instinto, instinto dominante — como chamará ele a esse instinto dominante — como chamará ele a esse instinto dominante, supondo que necessite de uma palavra para ele? Mas não há dúvida: este homem soberano o chama de sua *consciência*...

Assim Nietzsche afirma a consciência como sendo algo que proporciona o discernimento e a liberdade ao pensamento e que o comportamento humano sempre será medido por meio desse mecanismo de raciocínio, em que nele se encontra as possibilidades e atribuições em relação aos conceitos envolvidos na realidade. Com isso, se rejeita a necessidade de haver algum deus para ensinar-lhe algo, para ser uma referência quando surgir alguma dúvida e que nesse caso faz-se uso da consciência, tendo em vista que é essa sua finalidade, ser um mecanismo não só de consulta, como também o de dirigir a conduta do indivíduo.

Vale ressaltar que dentro do aspecto racional do homem, a questão da rememoração lhe é favorável mediante o conhecimento intelectual e moral, tendo em vista que a memória está relacionada à lembrança que é necessária a consciência, pois a medida que o esquecer e o recordar influenciam nos critérios de construção da perspectiva que se faz de algo, a mesma possibilita o exercício do pensamento mediante a recordação. Nesta fundamenta-se a ideia de o homem ser um animal capaz de fazer promessas. Segundo Nietzsche (2009, p. 46):

Esse antiquíssimo problema, pode-se imaginar, não foi resolvido exatamente com meios e respostas suaves; talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que

a sua mnemotécnica. “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória” — eis um axioma da mais antiga (e infelizmente mais duradoura) psicologia da terra.

A questão da memória do ser humano e sua *mnemotécnica*¹ vêm sendo abordada desde a época dos *sofistas*², esses que faziam dela uma arte a ser praticada. Sendo assim, a *mnemônica*³ é de extrema importância no que diz respeito ao homem, pois está ligada a memória e a habilidade que o homem tem de fazer promessas e recordar-se delas, o que por sua vez define a durabilidade de um ato, de um código moral, de um costume, podendo estar vinculado a algum medo, algum trauma em que por meio da memória será revivido ou esquecido. Sendo assim, está ligada ao conhecimento que o mesmo tem das coisas, a capacidade de armazenar informações e quando necessário conseguir reproduzi-las. Nesse sentido compreendemos a faculdade do ser humano de criar e memorizar as questões de valor, razão e consciência. Vejamos o que diz Nietzsche (2009, p.43 – 4)

O homem no qual esse aparelho inibidor é danificado e deixa de funcionar pode ser comparado (e não só comparado) a um dispéptico — de nada consegue “dar conta”... Precisamente esse animal que necessita esquecer, no qual o esquecer é uma força, uma forma de saúde *forte*, desenvolveu em si uma faculdade oposta, uma memória, com cujo auxílio o esquecimento é suspenso em determinados casos — nos casos em que se deve prometer: não sendo um simples não-mais-poder-livrar-se da impressão uma vez recebida, não a simples indigestão da palavra uma vez empenhada, da qual não conseguimos dar conta, mas sim um ativo não-mais-querer-livrar-se, um prosseguir-querendo o já querido, uma verdadeira *memória da vontade*: de modo que entre o primitivo “quero”, “farei”, e a verdadeira descarga da vontade, seu *ato*, todo um mundo de novas e estranhas coisas, circunstâncias, mesmo atos de vontade, pode ser resolutamente interposto, sem que assim se rompa esta longa cadeia do querer.

Com isso, podemos intuir que a sociabilidade do homem está relacionada à construção de esquemas e referências elementares para agi-lo, tendo como pressuposto antropológico a faculdade de rememoração. A memória tem contra

¹mnemotécnica = a arte de cultivar a memória.

²sofista = mestres da retórica

³mnemônica= a arte de cultivar a memória

si a mais poderosa das forças do organismo animal: o esquecimento. O estímulo da memória é dado através das representações de valor, sendo assim, o primeiro momento da memória é dado pelo pensamento casual, ou seja, a promessa diz respeito à lembrança da palavra empenhada, uma memória da vontade, um elo causal entre alguém que promete e o que faz como resolução da promessa. É justamente por isso que Nietzsche observa a relação entre a pré-história da memória e a reflexão sobre a origem da justiça (“tudo pode ser pago”).

Assim como, cabe ressaltar, a formação da consciência moral é um processo conduzido pela violência e crueldade ajustadas para serem vistas como práticas penais no cenário jurídico da obrigação. Segundo Nietzsche (2009, p. 45):

O indivíduo soberano, igual apenas a si mesmo, novamente liberado da moralidade do costume, indivíduo autônomo supramoral (pois “autônomo” e “moral” se excluem), em suma, o homem da vontade própria, duradoura e independente, o que pode fazer promessas – e nele encontramos, vibrante em cada músculo, uma orgulhosa consciência do que foi finalmente alcançado e está nele encarnado, uma verdadeira consciência de poder e liberdade, um sentimento de realização.

Entende-se o homem soberano, como aquele dotado da consciência de si que se comporta e independe da construção moral, atento aos dispositivos de sua consciência, como fator decisivo para suas ações. A vontade do fazer está associada à liberdade de sua razão. Atentos a tal atributo, pontuamos a crítica à moralidade apresentada pelo autor que nega a “castração” do ser humano em nome de uma resposta às sentenças morais, sem a elaboração da crítica racional ao conjunto estabelecido discursivamente, quer pela fé, quer pela manutenção das estruturas institucionais, como em questão, a igreja fundada nos valores do cristianismo.

O ensombrecimento do céu acima do homem aumentou à medida que cresceu a vergonha do homem *diante do homem*. O olhar pessimista enfasiado, a desconfiança diante do enigma da vida, o gélido não do nojo da vida — estas não são características das épocas de maior maldade do gênero humano: como plantas pantanosas que são, elas surgem apenas quando há o pântano que necessita — refiro-me à moralização e ao amolecimento doentios, em virtude dos quais

o bicho “homem” aprende afinal a se envergonhar dos seus instintos. (NIETZSCHE, 2009, p. 52).

Dessa forma, o autor afirma que quando o homem nega a si mesmo, está dizendo não a vida, despondo a vergonha de si mesmo, do que deseja, do que sente, vendo-se pesaroso consigo mesmo, decorrente dos infortúnios causados em virtude da perspectiva da moral cristã, carregando consigo o peso em ter se construído em cima do desafeto.

Nietzsche também faz referência ao ser humano como sendo “bicho homem” nesse sentido ele intui que o homem, assim como os animais, tem e sente instintos aos quais não se pode negar, pois é natural ceder a eles, já que é parte natural da humanidade. Entretanto, quando o ser humano decide seguir os princípios morais estabelecidos pela casta sacerdotal, ele deve negar esse instinto e é assim que surge a vergonha de si, pois essa casta coloca essas sensações naturais de ser como sendo algo impuro, fruto do pecado e que deve ser exterminada, assim naturalizando o ter vergonha de si mesmo.

A igreja apresenta-se como detentora da verdade sobre os valores divinos, oferecendo aos fiéis seguidores, a condição de salvação. Entretanto, aqui, estabelece uma situação de crédito, em que é preciso cumprir um papel na sociedade para que se possa obter crédito suficiente para alcançar a eternidade na pós-morte. Essa será o prêmio daqueles que, na condição de passagem pela vida terrena, aspirem às coisas do “céu” buscando pela renúncia de toda forma de comportamento social, político e/ou subjetivo que diverge dos mandamentos da Lei de Deus, proposta pelos cristãos.

A espiritualidade superior e independente, a vontade de estar só e mesmo à grande razão será percebida como perigo: tudo o que ergue o indivíduo acima do rebanho e infunde temor ao próximo é doravante apelidado de *mau*; a mentalidade modesta, equânime, submissa, igualitária, a *mediocridade* dos desejos obtêm fama e honra morais. Finalmente, em condições muito pacíficas há cada vez menos ocasião e necessidade de educar o sentimento para o vigor e a dureza; e então todo rigor, até mesmo na justiça, começa a perturbar a consciência; uma dura e elevada nobreza e responsabilidade consigo chega quase a ofender e despertam desconfiança, “o cordeiro”, mais ainda, “a ovelha”, cresce na consideração. (NIETZSCHE, 2005, p. 89).

Quando se fala em sociedade, é natural pensar sobre a lógica da sua constituição, levando em consideração a Lei pregada pelo Estado que visa

estabelecer a relação de direitos e deveres como forma de organização social, além de buscar manter a ordem e a promoção da vida. Nesse sentido, se vê o homem como um ser inserido em sociedade disposto a comungar e usufruir de tudo que ela pode lhe proporcionar, desde as questões morais, em que lhe é conferido as obrigações e a proteção por direito, vigente na Lei do Estado funcionando também como forma de proteção para aqueles que estão sob sua tutela. Por esse viés identificamos a noção de credor e devedor, onde o credor na posição de alguém que tem algo a “comercializar” e por isso recebe o pagamento, e o devedor na posição de quem “compra” e promete pagamento, nesse sentido gera-se uma dívida, essa que deve ser quitada.

Em relação à questão de credor e devedor é importante ressaltar que quando o devedor contrai uma dívida com o credor, um empréstimo, por exemplo, ele não só se compromete em pagar o que tomou emprestado como também perde a autonomia em relação a si mesmo, ou seja, o credor passa a ter direito em relação ao seu devedor até que o mesmo quite a dívida assumida, podendo ele cobrar da forma que melhor entenda como sendo justa frente ao saldo devedor, não importando a forma que será paga. Caso necessário a tortura é utilizada. Vejamos a seguir:

Através da “punição” ao devedor, o credor participa de um direito dos senhores; experimenta enfim ele mesmo a sensação exaltada de poder desprezar e maltratar alguém como “inferior” – ou então, no caso em que o poder de execução da pena já passou à “autoridade”, poder ao menos vê-lo desprezado e maltratado. A compensação consiste, portanto, em um convite e um direito à crueldade. (NIETZSCHE, 2009, p. 50).

O ser humano sente necessidade em se mostrar mais forte, mais sábio e mais importante do que os demais. É uma luta constante em busca de poder, para saber quem é o mais forte. Dessa forma, ele encontra na punição uma forma de exercer sua força sobre o outro. Como foi exposto na citação acima, o credor que financia algo para o indivíduo consegue se tornar “dono” do mesmo, quando visto que o devedor não cumpre com a palavra, deixando de honrar sua dívida.

Assim, o credor assume o papel de senhor do seu devedor, podendo puni-lo, como um ato de cobrança de uma dívida, conforme ele (credor) deseje e para que assim sua dívida seja ressarcida. O devedor que falha no cumprimento de

sua dívida, de alguma forma, deve ser cobrada até que esta dívida seja quitada, sendo “irrelevante” o meio utilizado para cobrá-la, mesmo que esta cobrança possa ser vista como um ato cruel.

Castigo como festa, ou seja, como ultraje e escárnio de um inimigo finalmente vencido. Castigo como criação de memória seja para aquele que sofre o castigo — a chamada “correção” — , seja para aqueles que o testemunham. Castigo como pagamento de um honorário, exigido pelo poder que protege o malfeitor dos excessos da vingança. Castigo como compromisso com o estado natural da vingança. (NIETZSCHE, 2009, p. 64).

O teórico indica que o castigo pode se manifestar como forma de júbilo em relação ao outro, à medida que se pode revelar uma vontade de poder que o indivíduo alimenta perante o outro e esse se manifesta como uma forma de castigo. Assim representando uma manipulação conduzida pelo ser humano para infringir dor ou correção no sujeito, vejamos a citação (2009 p. 63-4): “Castigo como neutralização, como impedimento de novos danos. Castigo como pagamento de um dano ao prejudicado, sob qualquer forma (também na compensação afetiva). Castigo como uma perturbação do equilíbrio, para impedir o alastramento da perturbação”. Sendo assim, pode-se entender que castigo é uma referência a aquele que pratica a desordem de alguma forma, aquele que, por algum motivo, de algum jeito foi contra a lei vigente em sociedade, essa que se apresenta como a possibilidade em exercer a força sobre o outro, desse modo se qualificando como uma forma de poder, utilizando a justiça como meio para justificar uma determinada situação e assim aplicar o castigo.

Por isso nos será perdoado, se lhe subtraímos uma *pretensa* utilidade, tida na consciência popular como a mais essencial — a crença no castigo, hoje por tantos motivos abalados, ainda encontra nela seu esteio mais firme. O castigo teria o valor de despertar no culpado o *sentimento da culpa*, nele se vê o verdadeiro *instrumentum* dessa reação psíquica chamada “má consciência”, “remorso”. (NIETZSCHE, 2009, p.64).

Assim podemos constatar que o castigo funciona como uma punição atribuída a quem descumpre algo que foi determinado. Vale lembrar que quando inserido em uma sociedade o ser humano está submetido a seguir as leis da *pólis*⁴, portanto, aquilo que implica em deveres e regras que foram acordados

⁴pólis = cidade estado

como medida de viver em sociedade que busca reger o convívio social de forma organizada e ordenada, ou seja, existe o certo e o errado. Com isso, aquele que erra descumpra com esse tratado de convivência, agindo de forma que cause algum tipo de desordem. O castigo deve ser aplicado aquele infrator para que ele tome consciência do seu erro e não o faça novamente. É uma forma não só de punir como de mostrar aos demais que aquele que não segue o que é combinado será punido. O castigo serve como uma forma de impor medo e evitar danos a sociedade. Quando castigado (penalizado) o ser humano sente culpa por errar e ser penalizado, é aí que surge a má consciência.

A má consciência está ligada intimamente ao ressentimento e nele o que persiste é o sentimento de vingança. Nesse sentido temos dois lados: o ressentido é aquele que não realizou grandes feitos, que está em posição de fracasso. Em contrapartida, temos o nobre: aquele que é forte e dotado de glória, assim o ressentido vê no homem nobre a possibilidade de vingar-se imaginando que estará punindo aquele que o impossibilitou de ser alguém nobre, o que apenas é a idealização de uma vingança que lhe traga satisfação e recompensa. Vejamos o que diz Nietzsche (2009, p.59).

Em toda parte onde exerce e se mantém a justiça, vemos um poder mais forte que busca meios de pôr fim, entre os mais fracos a ele subordinados (grupos ou indivíduos), ao insensato influxo do ressentimento, seja retirado das mãos da vingança o objeto do ressentimento, seja colocado em lugar de vingança a luta contra os inimigos da paz e da ordem, seja imaginando, sugerindo ou mesmo forçando compromissos, seja elevando certos equivalentes de prejuízo à categoria de norma, à qual de uma vez por todas passa a ser dirigido o ressentimento.

Com isso, entende-se que o ressentimento é uma via de justificativa que vai desde a vingança, aquele que alimenta em si o sentimento de impossibilidade diante de atos julgados como sendo práticas maldosas de seus inimigos ou, até mesmo, como forma de justificar aqueles que são desordeiros. A questão é que o ressentimento se trata de um processo social, em que o homem fraco exerce a função do ressentimento buscando dentro das suas perspectivas colocarem um fim aos atos de crueldade e injustiças, trazendo a paz e a ordem. Assim será a vingança, um ato de equiparação de todas as “injustiças” sofridas, em que alguém tem que pagar, alguém precisa ser punido por tais atos.

Vale ressaltar que o cristianismo, a moral e a metafísica são os elementos essenciais do *niilismo*⁵ e todos eles estão relacionados pelo “espírito de vingança”. Em meio a isso existe a vontade de verdade, essa que diz respeito ao medo do dever: a moral cristã cria um círculo de regras que dominam as virtudes do rebanho, buscando transformar em sinais de superioridade moral aquelas que são características da fraqueza.

O homem ativo, violento, excessivo, está sempre bem mais próximo da justiça que o homem reativo; pois ele não necessita em absoluto avaliar seu objeto de modo falso e parcial, como faz como tem que fazer o homem reativo. Efetivamente por isso o homem agressivo, como o mais forte, nobre, corajoso, em todas as épocas possuiu o olho mais livre, a consciência melhor: inversamente, já se sabe quem carrega na consciência a invenção da “má consciência” – o homem do ressentimento! (NIETZSCHE, 2009, p. 58).

Com base no que foi afirmado anteriormente, podemos elucidar a ideia de que o homem nobre é forte e livre, pois almeja e busca realizar sua vontade, diferente do homem ressentido, que é fraco, incapaz de buscar realizar seus desejos e assim acaba ignorando sua vontade, a si mesmo, se distanciando cada vez mais da perspectiva de felicidade, da ideia do homem forte. Assim, “afogado” no ressentimento e na má consciência, limitando a ser aquele que serve e obedece, representando apenas a classe indesejada, ou seja, se coloca como impossibilitado ao cogitar ser algo diferente, alguém melhor, mais forte do que é. O homem forte, bom, exerce não só a afirmação de si mesmo, do que é e representa dentro da *pólis*, como também não sente a necessidade de um Deus para lhe proporcionar um momento de vingança ou recompensa, vê-se como único motivo para prosseguir e progredir, é aquele que ouve e executa a vontade de si.

Ainda no que diz respeito a uma má consciência nos deparamos com a ideia de castigo, que em um primeiro momento pode ser compreendido como uma forma de vingança. Por outro lado, quando se busca a finalidade do castigo não se tem precisão em afirmar o seu significado, levando em consideração o que diz Nietzsche (2009, p. 65): “O castigo endurece e torna frio; concentra;

⁵niilismo =recusa ao reconhecimento da realidade

aguça o sentimento de distância; aumenta a força de resistência”. Nesse sentido, entende-se o castigo como sendo uma forma de ensinar, de disciplinar alguém a respeito de algo, torná-lo mais forte e doutrinado a seguir aquilo que lhe é imposto e com isso caminhamos a questão da disputa em relação ao poder, o mais forte castiga o mais fraco, ou seja, o mais forte ensina (disciplina) o mais fraco.

Em um sentido religioso, o castigo serve para corrigir o comportamento do indivíduo visando às questões morais direcionadas pelos valores cristãos para punir os pecadores que não seguiram corretamente o que diz as escrituras, que foram “maus” merecem ser admoestados, corrigidos. O mais forte se sobrepõe ao mais fraco, no caso da religião o mais forte é chamado de Deus, o mais fraco são seus servos (os homens), levando consigo, conduzidos pela má consciência, o sentimento de culpa, o remorso por ter agido errado, assim como a necessidade em se redimir. Nesse sentido vejamos o que diz a afirmação abaixo.

Assim se imaginou o castigo como inventado para castigar. Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas indícios de que uma vontade de poder se assenhoreou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função; e toda a história de uma “coisa”, um órgão, um uso, pode desse modo ser uma ininterrupta cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, cujas causas nem precisam estar relacionadas entre si, antes podendo se suceder e substituir de maneira meramente casual. (NIETZSCHE, 2009, p. 61).

A partir disso, pode-se intuir que o castigo busca exercer o poder em relação ao outro. O homem deseja se tornar mais forte, temido, poderoso, para que assim possa controlar a classe mais frágil, mais debilitada, criando uma cadeia de jogo de poderes, sempre havendo alguém que detém o poder e imperando sobre os mais fracos, o forte sempre irá exercer a força em relação aqueles que são fracos.

Então o significado de castigo é o nome atribuído para justificar a finalidade de torturar, desrespeitar o semelhante, com a justificativa de necessidade, ou seja, o ser humano que é castigado de alguma forma merece tal coisa, sendo esta prática algo “necessário” que em algum momento irá gerar um aprendizado para alguém, seja para quem recebe o castigo, seja para quem

o presença. Entretanto, vale ressaltar e analisar a questão da relação entre a noção de dívida (base antropológica e jurídica) com a noção moral de culpa. Observe o que diz Giacóia (2014, p. 52):

[...]pretendo reportar esse conjunto de questões à genealogia do Estado, tal como pensada por Nietzsche, e, para tanto, recorro inicialmente a uma de suas fontes. Inspirado parcialmente nos estudos de Rudolph von Jhering sobre o direito romano, Nietzsche procede a uma reconstituição genealógica do sentimento de justiça. Ao fazê-lo, ele interpreta a figura penal do *bando (Bann)*, oriunda do primitivo direito germânico como transposição da *obligatio* de direito pessoal, vigente entre credor e devedor, para o plano das relações entre as organizações sociais pré-estatais (comunidades de estirpe) e seus membros. Para Nietzsche, o banimento germânico constitui de expulsão do infrator das esferas de proteção garantidas pelo ordenamento jurídico-político consuetudinário.

A figura do banimento indica a expulsão do infrator das esferas de proteção e da ordem jurídica da comunidade, isto é, desligamento seguido ao rompimento da obrigação que vincula os membros de uma sociedade à obediência e seus usos e costumes. Ou seja, é dessa fonte antropológica e jurídica que Nietzsche situa a história de proveniência da religião. Os primeiros aspectos do sentimento religioso derivam de uma resignificação da matriz do débito e crédito econômico-jurídicos, que passa a dar sentido às relações entre as gerações existentes e os antepassados, fundadores das primeiras comunidades. A comunidade deve a vida sob a proteção da sociedade, da paz, da lei e da prosperidade (onipotência do divino). A reverência, o culto e a obediência, são os equivalentes com que se pode quitar essa dívida. Na acepção da moral cristã, o credor passa a ser Deus, os homens, os devedores. É por tal motivo que se explica a obediência aos valores supressensíveis enraizados em Deus: garantir um lugar no reino dos céus.

Em outra perspectiva analisemos o que Nietzsche fala sobre o castigo (2009, p. 64): “Castigo como declaração e ato de guerra contra um inimigo da paz, da ordem, da autoridade, que, sendo perigoso para a comunidade, como violador dos seus pressupostos, como rebelde, traidor e violentador da paz, é combatido com meios que a guerra fornece”. Contudo, esta prática reside, ao mesmo tempo, na punição de alguém por um erro cometido, por um desvio de atitude tido como adequado e também de prevenção para que outros ao verem

o indivíduo castigado por descumprir determinada ordem não façam o mesmo que ele. É uma forma de garantir que a ordem seja mantida e as regras respeitadas, porém, o castigo nem sempre quer dizer que alguém fez algo “errado”, na verdade o castigo serve para preservar uma ideia específica adotada como certa (boa), adequada, por um povo, esses que terão determinado os costumes e ritos a ser seguido, ir contra tal costume quer dizer descumprir a ordem e assim ser merecedor de punição.

Com a ideia de castigo deparamo-nos com o sentimento de culpa, uma obrigação pessoal relacionada à má consciência que nos direciona ao questionamento de si mesmo e de seu comportamento, levado a um primeiro momento através da noção de dívida. Para isso analisemos o que diz NIETZSCHE (2009, p. 55):

Comprar e vender, juntamente com seu aparato psicológico, são mais velhos inclusive do que os começos de qualquer forma de organização social ou aliança: foi apenas a partir da forma mais rudimentar de direito pessoal que o germinante sentimento de troca, contrato, débito [*schuld*], direito, obrigação, compensação, foi *transposto* para os mais toscos e incipientes complexos sociais (em relação com complexos semelhantes), simultaneamente ao hábito do comparar, medir, calcular um poder e outro.

Com isso pode-se identificar que o autor nos desperta a ideia de que comercializar, além de ser antigo é uma forma de organização social. É um movimento que não só desenha as alianças sociais e culturais, como também remete a ideia de troca e, conseqüentemente, de parceria social e comercial. A partir desse pressuposto, de contrato e troca que surge a noção de dívida, quem compra tem que pagar, não pagar significa dever é nesse sentido onde encontramos a noção de *schlecht*, termo utilizado para expressar a ideia de dívida. Dada essa possibilidade, a dívida supera os acordos morais estabelecidos, para as questões intelectuais do ser humano, que pela mnemônica, leva o ser humano a se recordar do débito em desacordo.

A convicção prevalece de que a comunidade subsiste apenas graças aos sacrifícios e às realizações dos antepassados — e de que é preciso lhes pagar isso com sacrifícios e realizações: reconhece-se uma *dívida* [*Schuld*], que cresce permanentemente, pelo fato de que os antepassados não cessam, sua sobrevida como espíritos poderosos, de conceder

à estirpe novas vantagens e adiantamentos a partir de sua força. (NIETZSCHE, 2009, p. 71).

Nesse sentido, entende-se que o sacrifício seria uma forma de devolver as benevolências valorativas culturalmente herdadas dos nossos ancestrais, como forma de manter aquilo que foi conquistado e deixado como herança, em si despertando a obrigação em cumprir com os saberes deixados pelos antepassados. Nesse reconhecer a obrigação será entendida como uma dívida o ser humano se coloca como constante devedor dos e em obrigação eterna para pregar a manutenção dessas heranças encaradas em sentido de dívida, vejamos a citação a seguir:

Perguntam-se mais uma vez: em que medida pode o sofrimento ser compensação para a “dívida”? Na medida em que *fazer* sofrer era altamente gratificante, na medida em que o prejudicado trocava o dano, e o desprazer pelo dano, por um extraordinário contraprazer: *causar* o sofrer – uma verdadeira *festa*, algo, como disse, que era tanto mais valioso quanto mais contradizia o posto e a oposição social do credor. (NIETZSCHE, 2009, p. 50).

Nesse sentido, entende-se que a ideia de restituição em relação à noção de dívida pode ser considerada de duas formas: uma é motivada pela questão satisfatória e se relaciona com o prazer que o credor sente em sentir-se dono do devedor e por sua vez entende que de toda forma será ressarcido e ou festejando possibilidade em infringir sofrimento ao devedor, que nesse sentido é merecer de tal tortura, pois não foi capaz de pagar o que devia, e é obrigado a concordar em perder o direito se si e está submetido ao poder de outrem. Outra é pelo cumprir com o acordo que foi firmado compensando a dívida sem necessitar de qualquer motivação de tortura. Por fim, entende-se o sofrimento como uma motivação social voltada ao ímpeto de comemoração em poder torturar e se apoderar do outro, o ver sofrer é motivo de festa e comemoração e remete a ideia de ser mais forte do que o outro.

Nesta esfera das obrigações legais, está o foco de origem desse mundo de conceitos morais: “culpa”, “consciência”, “dever”, “sacralidade do dever”— o seu início, como o início de tudo grande na terra, foi largamente banhado de sangue. E não poderíamos acrescentar que no fundo esse mundo jamais perdeu inteiramente um certo odor de sangue e tortura? (nem mesmo no velho Kant: o imperativo categórico cheira a crueldade...) Foi igualmente aí que pela primeira vez se efetuou

este sinistro, talvez indissolúvel entrelaçamento de ideias, “culpa e sofrimento”. (NIETZSCHE, 2009, p. 50).

Assim, nota-se a relação da ideia de culpa associada à questão da sacralidade, em que ambas são relacionadas em virtude da relação protagonizada pelo sujeito buscando a salvação, o viver no reino dos céus, na qual o sujeito é inserido dentro da percepção divina em virtude da culpa que sente com relação a si e as suas vontades que se divergem da vontade de Deus. Além disso, há a ideia que se tem com relação ao pecado que o ser humano carrega desde o início dos tempos e esse é passado de geração em geração. Assim, o autor induz a percepção de que o sangue cerca a noção de sacralidade em virtude dos conceitos morais que é imposto pelo cristianismo como sendo a única verdade e dentro dela existe os resquícios de tortura e penitência.

Com isso pode-se pensar no homem voltado para a má consciência, se entendendo como sendo consumido e direcionado ao pensamento negativo em torno de si e de suas pulsões naturais. Na obra de Nietzsche *A vontade de poder* (2011, p. 30), destaca-se a seguinte afirmação: “Enquanto acreditamos na moral, condenamos a existência”. Esta existência está comprometida, enquanto o ser humano se mantiver ligado a conceitos morais e religiosos e abdicar das suas necessidades, ele não viverá, será sempre a sombra de algo que poderia ser. O ser humano não encontrará sua finalidade e, portanto, estará ligado ao ressentimento, à má consciência entendida como uma doença que reprime a liberdade e afoga o indivíduo em si mesmo.

Neste ponto já não posso me furtar a oferecer uma primeira provisória expressão da minha hipótese sobre a origem da “má consciência”: não é fácil apresentá-la, e não necessita ser longamente pensada, pesada, ponderada. Vejo a má consciência como a profunda doença que o homem teve de contrair sobre a pressão da mais radical das mudanças que viveu — a mudança que sobreveio quando ele se viu definitivamente encerrado no âmbito da sociedade da paz. (NIETZSCHE, 2009, p. 67).

A partir disso, o autor afirma que a má consciência é uma doença que acomete o ser humano quando colocado à disposição do cristianismo se fundamentando dentro dos valores morais idealizados numa perspectiva divina. Em virtude disso, faz com que o ser humano encontre motivos para inibir as vontades naturais, vendo no outro a idealização, o mau em si e o autoflagelo,

enraizando em si mesmo pensamentos depreciativos, negativos e doentios que podem variar desde a condição social, o fato de ser plebeu, por exemplo, até a enfermidade.

Nesse aspecto o que resta é se lamentar por não ser diferente do que é e assim esperar que por meio dessa condição de frágil se consiga alguma recompensa, idealizando uma perspectiva de vida em que a má consciência possa gerar algum fruto bom, levando em consideração que após a transvaloração dos valores morais, em que o bom passa a ser aquele que é fraco e o mau aquele que é forte, a má consciência segue como uma forma de alimentar essa perspectiva agindo como um mecanismo de dor e sofrimento prendendo o ser humano em tormentos e aflições. Dessa forma, ele é impossibilitado de viver em paz.

Com isso, adentramos no viés das questões sacerdotais, que, por sua vez, é a forma que o ser humano encontra para manter uma relação com Deus, e a 'ponte' de conexão dos seres humanos com o reino de Deus, vejamos o que diz a citação a seguir:

“Para a espécie de homem exigido para o poder no judaísmo e no cristianismo, uma espécie *sacerdotal*, a *décadence* é apenas um *instrumento*: essa espécie de homem tem um interesse de vida em tornar a humanidade enferma a inverter os conceitos de “bom” e “mau”, “verdadeiro” e “falso” em um sentido perigoso à vida difamatório do mundo” (NIETZSCHE, 2020, p. 31).

A partir disso entende-se que a moral cristã busca invalidar aqueles que a seguem, tornando-os cegos e impotentes, impossibilitando-os ao questionamento e vontades, tornando-os seguidores fieis que jamais questionam a vontade de Deus, vendo que a vontade e a autoridade de dele não deve ser questionada e sim seguida. Para isso eles utilizam os sacerdotes que se responsabilizam de repassar a vontade de Deus, bem como as punições (para aqueles que descumprem a sua vontade), deveres e as recompensas para aqueles que decidem dedicar vida.

É responsabilidade dos sacerdotes espalharem a palavra de Deus, o que diz as sagradas escrituras, assim como também criarem argumentos para justificar e defender os milagres de Deus e suas recomendações, pois para ser cristão é importante seguir os mandamentos aplicados pela Igreja que são

apontados na Bíblia (Sagrada Escritura) como verdade absoluta e inquestionável. O problema em dedicar à vida para Deus é que o ser humano acaba refletindo a insatisfação por precisar omitir sua vontade, sendo o eu natural que se transforma em ressentimento e má consciência, tendo em vista que a vontade de Deus, não é a vontade do homem.

A má consciência está ligada ao ressentimento, a ideia de vingança e de culpar o outro por tudo de ruim que aconteceu em sua vida. Os donos da má consciência se veem como pobres pessoas boas que se depararam com pessoas más que tornaram suas vidas impossíveis de ser vivida. Com isso, eles encontram conforto dentro do cristianismo, com a ideia de que os humildes serão exaltados, de que aqueles que vivem de forma infeliz, sofredora, na terra serão exaltados no céu, passando assim a creditar que toda a sua vida é traçada e observada por Deus que prepara a sua salvação e vida eterna no reino dos céus se for seguido àquilo que Ele deseja. Cabe ao sacerdote trazer a vontade de viver para suas ovelhas, cabendo ao sacerdote conduzir seus fiéis ao encontro de Deus.

Com isso, Nietzsche afirma que o cristianismo é a representação desse mal que acomete a sociedade, pois manipula, coage, oprime a vontade do ser humano que é induzido a estabelecer sua crença no ideário de um ser imaginário e fantasioso, cuja existência está firmada em torno de fantasia e de crenças que não podem ser provadas. Diz Nietzsche (2020, p. 20) “O Anticristo” – ‘Nem a moral e nem a religião tocam, no cristianismo, em algum ponto qualquer da realidade. Causas meramente imaginária (“Deus”, “alma”, “eu”, “espírito”, “a vontade livre” – ou também “a não livre”); efeitos meramente imaginários (“pecado”, “salvação”, graça”, “punição”, “remissão dos pecados”)”. Com isso, podemos entender que a base do cristianismo está firmada na ideia de um Deus que ocupa lugar no que, até então, era conhecido como o nada, que não pode ser visto, tocado, ou ao menos, comprovado como sendo verdadeiro. E com base nessas ideias (crenças) o ser humano é compelido a se omitir, privar a si mesmo de seguir seus desejos, sua vontade, sendo doutrinado a cumprir com o que diz nas sagradas escrituras, essa que representa a possível ideia das vontades do divino, com a promessa de uma vida eterna, no reino dos céus, sob a proteção de Deus.

A convicção prevalece de que a comunidade subsiste apenas graças aos sacrifícios e às realizações dos antepassados — e de que é preciso lhes pagar isso com sacrifícios e realizações: reconhece-se uma *dívida* [*Schuld*], que cresce permanentemente, pelo fato de que os antepassados não cessam, sua sobrevivência como espíritos poderosos, de conceder à estirpe novas vantagens e adiantamentos a partir de sua força. ” (NIETZSCHE, 2009, p. 71)

Com base nisso, podemos entender que a ideia de culpa é a chave dessa moral, utilizando a ideia do sacrifício que Jesus fez por nós, dando sua vida para salvar a nossa, nos tornando assim devedores desde a hora que nascemos devendo assim nos dedicar a nossa vida em prol da realização da vontade de Deus, pois precisamos pagar a nossa dívida e só assim, abdicando das nossas vontades, das coisas do mundo, amando e temendo a Deus, seremos capazes de chegar ao reino dos céus e cessar com todo sofrimento que foi vivido na terra. Com base nessa obediência, tem-se a recompensa: viver feliz eternamente ao lado de Deus.

Com base nessas argumentações, Nietzsche elabora a sua genealogia da moral em torno dos conceitos que promovem a moral cristã e a forma como ela influencia na vida do ser humano. E com isso adentramos no campo dos conceitos da moral cristã, em que nos deparamos com a *culpa*, baseada numa relação com o Deus cristão. Nela, a crença perpassa como herança, um costume familiar que vem desde os antigos antepassados girando em torno de uma regra que quando não seguida conforme se deve, indo em direção contrária ao que se têm como certo, de acordo com a moral religiosa, o que resta no homem cristão é o sentimento de culpa que ataca a consciência. Nietzsche sugere o ateísmo como fuga para essa culpa como a “esperança” de uma liberdade do homem, não podemos nos culpar por algo que não acreditamos ser errado.

O *niilismo* corrobora com essa ideia de ateísmo, vendo que seu objetivo é não afirmar nada sobre algo, descrever de tudo que pode ser dito com certeza, com visão crítica e racional das coisas. Vejamos a seguinte colocação de Nietzsche em sua obra *À vontade de poder*:

Niilismo é então o tornar-se consciente do grande e duradouro desperdício de força, o tormento “em vão”, a insegurança, a falta de oportunidade de recuperar-se de qualquer modo, de ainda

repousar sobre alguma coisa - a vergonha de si mesmo, como de alguém que se tivesse enganado durante muito tempo... [...] ou mesmo o partir para um estado de nadificação universal – um fim ainda é sempre um sentido. (NIETZSCHE, 2011, p. 31).

Com isso, podemos destacar na ideia de *niilismo* o ser humano como desprendido de conceitos morais em que se vê julgado pela culpa, pelo ressentimento e pelo castigo, cercado por pensamentos que deságuam na má consciência, no não acreditar no Deus credor e no homem devedor implicando assim em não sacrificar a vida em função de algo que não passa de uma *fábula*. O cristianismo impõe a ideia de Deus como um ser supremo, de amor e sabedoria infinito, sendo assim o credor dos homens fracos e oprimidos. A dívida que o ser humano tem com Deus vem desde o início dos tempos, quando Adão e Eva foram expulsos do paraíso ao comerem o fruto proibido e assim enxergam a vergonha, o pecado e percebendo a noção de mau; herdamos deles essa dívida, nascendo e permanecendo no pecado cristão. Como diz Nietzsche (2009, p. 74): “Adão é o pecado original”. A criação de Deus falhou e descumpriu a lei divina, trazendo consigo o fardo que a humanidade deve carregar ao mesmo tempo em que tenta a redenção.

A necessidade de encontrar respostas e recompensas para a vida terrena limita o ser humano, pondo-o a almejar a vida no nada, colocar a existência de um ser que não se conhece, não se tem certeza da existência, acima de si mesmo é um equívoco. Antes de amar o outro é preciso amar a si mesmo, antes do outro existe o eu. O dito sacrifício de Jesus é um golpe (uma arma) do cristianismo para prender os cristãos a Deus (a religião), nós devemos a vida a um deus que deu a vida por todos nós. Diz Nietzsche (2009, p. 75): “O credor que se sacrifica pelo seu devedor”. Essa colocação indica que o amor de Deus por nós é maior do que tudo, capaz de fazê-lo “morrer” pela sua criação e com essa ideia, de abdicar a vida em prol do amor pelo outro, vem o jogo de manipulação do cristianismo, precisamos ser gratos a Deus, precisamos abdicar da vida por Ele assim como ele abdicou da vida por nós, com isso, surge à má consciência, eis aqui o que prende o ser humano aos ideais ascéticos da religião.

Condicionado pelo medo de não saber para onde se vai após a existência na terra, pela incerteza de qual o sentido de estarmos na terra e como funciona a morte, o que quer dizer todo o caminho traçado. Buscando encontrar finalidade

na vida, o homem ressentido se depara com a Igreja, essa que semeia nele a esperança de uma existência além da vida que se conhece e assim cria o sentido e a recompensa pela interiorização dos instintos. Essa é a grande fraqueza do homem e por onde ele se prende. Nas palavras de Nietzsche (2009, p. 77):

Já por tempo demais o homem considerou suas propensões naturais com “olhar ruim”, de tal modo que elas nele se irmanaram com a “má consciência”. Uma tentativa inversa é em si possível – mas quem é forte o bastante para isso? – ou seja, as propensões inaturais, todas essas aspirações ao Além, ao que é contrário aos sentidos, aos instintos, à natureza, ao animal, em suma, as ideias até agora vigentes, todas ideias hostis à vida, difamadores do mundo, devem ser irmanados à má consciência.

Diante dessa questão, nota-se que essa perspectiva é exposta através de um olhar em que a vida é contemplada diante de uma perspectiva maldosa, dolorosa, uma vida que não merece ser vivida, na qual o homem que para ser bom deve renegar sua natureza que, até então, é vista como ruim. Contudo, percebe-se que o homem quando induzido a julgar suas vontades, seus desejos como algo ruim, algo que não pertence ao reino de Deus, sente-se “obrigado” a rejeitar a si para se igualar aquilo que é visto como ideal aos olhos de Deus, mantendo-se preso em suas aspirações, fugindo de si mesmo com o intuito de não ser ruim, de poder se tornar um homem bom.

Não se pode duvidar: primeiramente contra o “devedor”, no qual a má consciência de tal modo se enraíza, correndo e crescendo para todos os lados como um pólipo, que, por fim, com a impossibilidade da penitência, a ideia de que não se pode realizá-la (o “castigo eterno”); mas finalmente se voltam até mesmo contra o “credor”: recordemos a *causa prima* do homem, o começo da espécie humana, o seu ancestral, que passa a ser amaldiçoado (“Adão”, “pecado original”, “privação do livre-arbítrio”), ou a natureza, em cujo seio surge o homem, e na qual passa ser localizado o princípio mau (“demonização da natureza”), ou a própria existência, que resta como algo *em si sem valor* (afastamento niilista da vida, anseio do Nada, ou anseio do “contrário”, de um Ser-outro, budismo e similares) — até que subitamente nos achamos ante o expediente paradoxal e horrível no qual a humanidade atormentada encontrou um alívio momentâneo, aquele golpe de gênio do *cristianismo*: o próprio Deus se sacrificando pela culpa dos homens, o próprio Deus pagando a si mesmo, Deus como único que pode redimir o homem daquilo que para o próprio homem se tornou irredimível — o credor se sacrificando por seu devedor, por *amor*

(é de se dar crédito?), por amor a seu devedor!... (NIETZSCHE, 2009, p.74).

Nesse sentido, pensemos primeiramente na questão levantada em torno do pecado original, sendo Adão posto pelo cristianismo como o primeiro homem da Terra e que ao comer a maçã proibida desperta em si uma nova consciência, passando a enxergar a realidade que está acostumado a viver de outra forma, como sendo desconfortável e motivo de vergonha. Assim surge à primeira desobediência da humanidade e conseqüentemente a punição divina, pois o homem discordou do que Deus havia orientado e fez o contrário do havia sido orientado a não ser feito, comeu a maçã.

Dessa forma, modifica-se a relação que o homem tinha com o seu criador, surgindo assim os primeiros sinais de negação com relação ao livre-arbítrio e com isso, o homem contrai a sua primeira dívida com Deus, se tornando um devedor. Sendo assim, assume-se a dívida eterna para com a divindade, como se não fosse suficiente o cristianismo trás, também, a percepção de que o amor de Deus é o único capaz de salvar a humanidade, quando posto que o filho dEle desceu a terra e pelos seres humanos foi crucificado, ou seja, o credor se sacrifica em nome do devedor como forma de salvá-lo.

Nesse sentido aumentando a dívida que o ser humano tem com Deus, o cristianismo utiliza essa noção de pecado original para culpar os seres humanos e torná-los escravos da verdade cristã colocando-os para viver em função da busca pela redenção dos pecados, pelo amor de Deus, pois apenas ele pode salvar a humanidade de si mesmo. Vejamos a citação a seguir:

Já terão adivinhado o que realmente se passou com tudo isso, e sob tudo isso: essa vontade de se torturar, essa crueldade reprimida do bicho-homem interiorizado, acuado dentro de si mesmo, aprisionado no “Estado” para fins de domesticação, que inventou a má consciência para se fazer mal, depois que a saída *mais natural* para esse querer-fazer-mal fora bloqueada — esse homem da má consciência se apoderou da suposição religiosa para levar seu automartírio a mais horrenda culminância. Uma dívida para com *Deus*: este pensamento tornou-se para ele um instrumento de suplício. (NIETZSCHE, 2009, p.75).

A partir disso, entende-se que a má consciência representa o reflexo da moral cristã no ser humano esse que induzido a crê na noção de dívida com Deus, utiliza-se dela para aprisionar o ser humano dentro de si mesmo ficando

voltado à perspectiva da moral cristã. Assim, deparando-se com tortura e a crueldade motivando e reprimindo o bicho-homem, como diz Nietzsche, tornando-se um ser infeliz e domesticado em seu estado de má consciência, essa que visa fazer o mau ao outro, como forma de justiça a si mesmo. Assim a noção de dívida com Deus torna o homem um constante torturador de si mesmo, vivendo um constante martírio.

Concluo com três interrogações, como bem se vê. “o que ocorre exatamente, você está erguendo ou demolindo um ideal? Quanta realidade teve de ser denegrida e negada, quanta mentira teve de ser santificada, quanta consciência transtornada, quanto “Deus” sacrificado? Para se erigir um santuário, *é preciso antes destruir um santuário*: esta é a lei — mostrem-me um caso em que ela não foi cumprida!... (NIETZSCHE, 2009, p.77).

Assim Nietzsche conclui afirmando que dentro do parâmetro doutrinário existe a relação de desconstrução de uma ideia para construir outra, essa está relacionada com a perspectiva de um “Deus”, pois um sai para dar lugar a outro. Ao mesmo tempo o autor questiona o que é preciso macular, negar, mentir para que algo possa ser santificado? Qual o preço que a humanidade deve pagar para alcançar a santificação? Disso só precisamos que para intuir que é preciso destruir um templo, uma crença, para que outra seja construída.

Com isso, entendemos que existem duas formas que corroboram ao se conceituar as questões voltadas aos valores morais sendo elas: o paganismo, em que este visualiza as questões éticas voltadas à organização social, aqui mencionada como aristocracia e por outro lado, em divergência ao paganismo, temos a moral sacra, com a concepção feita com relação às coisas através do que é interpretado como sendo divino, através da Igreja, com a pregação dos sacerdotes esses que se impõem como sendo mensageiros divinos e ao mesmo infligem ao homem o que eles dizem ser a vontade de Deus, o qual surgiu para ocupar lugar no nada e se tornou justificativa para tudo, se colocando a frente das necessidades e desejos humanos, sendo autoproclamado como verdade absoluta e inquestionável.

A Igreja se coloca como edifício da casa de Deus, a conhecedora da palavra dEle, sendo a única capaz de mediar alguma relação entre os seres humanos com o criador do mundo. Com capacidade de atribuir e impor os valores que o

satisfazem e condizem com a sua verdade e vontade, a Igreja molda numa moral religiosa o homem bom como frágil, enfermo e totalmente dependente de Deus, devendo viver em função de agradar e se sacrificar em nome dEle. Assim é o homem colocado como um servo do divino e pré-disposto a buscar incessantemente alcançar o reino do céu, mas que mesmo não sendo capaz de alcançar essa santidade, deve, ao menos, tentar buscar um meio de segui-la.

Esta tentativa de buscar ser o homem *bom* afirmado pela moral cristã e assim ser “digno” de Deus requer que o indivíduo renegue o seu ser natural, abstenha-se de si mesmo para se dispor a Deus. O homem é um animal consciente de seus atos, predisposto a pensar, refletir, ser moral. Toda essa noção de pecado, castigo, *bom* e *ruim*, está ligada a moral cristã, ao ressentimento e a má consciência. O homem que se culpa e se priva da vida terrestre para agradar a uma divindade que não se conhece e que reside no nada.

Por outro lado, a moral pagã (aristocrata) visa à questão ética aplicada ao indivíduo enquanto pertencente a uma sociedade, essa em que o homem é considerado autônomo, dono de si e de suas aspirações. Ele é forte e luta para alcançar seus objetivos, ao mesmo tempo em que não desperdiça seu tempo idealizando e se ressentindo pelo que não foi feito, buscando oportunidades para realizar sua vontade, assim não sentindo a necessidade em justificar sua existência com os ditames do cristianismo.

4. O ascetismo como fundamento da moral cristã

Antes de adentrarmos na questão do ascetismo entendamos primeiramente o que significa o ideal ascético e como ele funciona, para que assim consigamos enxergar de que forma ele se relaciona com a questão da moral cristã. Segundo alguns autores, ele pode ser visto como diversas coisas e ao mesmo tempo em que pode não representar quase nada, assim mantém-se uma busca relacionada ao sentido que está direcionado a algo.

Por outro lado, para os filósofos, em um primeiro momento pode ser compreendido como presente em um contexto espiritual, podemos dizer que seriam os propósitos, metas e ideias que movimentam o homem. Vejamos a seguinte afirmação:

[...] um pretexto para hibernação, sua novíssima *gloriae cupido* [novíssima cupidez de glória], seu descanso no nada (“Deus”), sua forma de demência. Porém, no fato de o ideal ascético haver significado tanto para o homem se expressa o dado fundamental da vontade humana, o seu *horror vacui* [horror ao vácuo]: ele precisa de um objetivo – e preferirá ainda querer o nada a nada querer. (NIETZSCHE, 2009, p. 80).

Dessa forma, percebemos que a devoção do homem está ligada ao medo da não representação, ou seja, o ser humano tem como natureza fazer algo com base em um sentido, precisando acreditar em um por que e um para quê, pois isso lhe traz conforto e sentido para a vida, permitindo que encontre uma justificativa com relação as ações e, conseqüentemente, a reação que essas podem lhe proporcionar. Sendo assim, é mais aceitável, mais fácil viver e aceitar aquilo que lhe é proposto quando se tem em mente algo lhe torne mais especial que os demais, crer em possibilidades é melhor do que não ter possibilidade alguma. Assim, o ideal ascético pode ser entendido como um orientador que funciona mediante a crença, por exemplo: a fé depositada no cristianismo.

Nietzsche, em sua obra o Anticristo, na qual desenvolve argumentações em torno do cristianismo trazendo reflexões sobre como o cristianismo manipula o homem a fazer o que é proposto pela doutrina cristã. A partir disso, vejamos o que diz Nietzsche (2020, p. 11) – “Não se deve adornar e pavonear o cristianismo: ele realizou uma guerra mortal contra esse tipo superior de homem, ele baniou todos os instintos fundamentais desse tipo, ele destilou desses instintos o mal, o mau” – o homem forte como o tipicamente reprovável, o réprobo”. Nietzsche acredita na ideia de que o ser humano precisa se livrar dos conceitos cristãos e dessa forma se tornar um super-homem (um homem livre, dono si mesmo). Entretanto, essa superioridade só é possível de ser alcançada se o ser humano estiver distante do cristianismo, pois é a partir dessa libertação que o homem se relaciona com o livre pensar, agir e viver, o ser humano como dono si mesmo, sem amarras doutrinárias.

Com isso, o filósofo destaca que o grande problema da sociedade, o empecilho para que a sociedade tenha seres humanos superiores, é o cristianismo, pois o ser humano que é conduzido por esta crença é um indivíduo

incapaz de se tornar o super-homem. Para compreendermos melhor essa questão voltemos à questão do ideal ascético.

[...] em suma, eles pensam no ideal ascético como o jovial ascetismo de um bicho que se tornou divino e ao qual nasceram asas, que antes flutua sobre a vida do que nela pousa. Sabe-se quais as três palavras de pompa do ideal ascético: humildade, pobreza, castidade; observemos de perto as vidas dos grandes espíritos fecundos e inventivos – todas as três serão sempre encontradas até certo grau. Não entende-se, que sejam talvez “virtudes” suas – que tem essa espécie de homens a ver com virtudes! – Mas as condições mais próprias e mais naturais de sua existência melhor, de sua fecundidade mais bela. (NIETZSCHE, 2009, p. 90).

Nesse sentido, entende-se que o ascetismo funciona como uma forma de pregação doutrinária embasada na ideia de humildade, pobreza e castidade, fazendo referência ao homem do ressentimento, fraco e enfermo. Assim se prega o divino como forma de aprisionamento do indivíduo, que é enclausurado dentro das perspectivas cristãs, pois é ela colocada como a única forma de se encontrar a vitória que tanto almeja. Nesse sentido, o homem fraco é fácil de dominar, pois a ideia de virtude não pode ser associada ao homem, considerando que não há o que valorizar. Vejamos o que diz NIETZSCHE (2009, p.98):

O pensamento em torno do qual aqui se planeja, é a *valoração* de nossa vida por parte dos sacerdotes ascéticos: esta (juntamente com aquilo a que pertence, “natureza”, “mundo”, toda a esfera do vir a ser e da transitoriedade) é por eles colocada em relação com uma existência inteiramente outra, a qual exclui e à qual se opõe, a *menos* que se volte contra si mesma, que *negue a si mesma*: neste caso, o caso de uma vida ascética, a vida vale como uma ponte para essa outra existência. O asceta trata a vida como um caminho errado, que se deve enfim desandar até o ponto onde começa; ou como um erro que se refuta — que se *deve* refutar com a ação: pois ele *exige* que se vá com ele, e impõe, onde pode, a *sua* valoração da existência.

A partir disso, pensemos a respeito da valoração voltada a perspectiva motivada pelos sacerdotes. Nesse sentido, entende-se que a representação está voltada a ideologia de um ser humano que cumpre fervorosamente a vontade de outrem, esquecendo de si e de toda sua vontade. Portanto, é nesse sentido que o homem se torna bom e digno do reino do céu, pois a negação de si mesmo faz parte do processo de transição para pertencer à vida plena no reino de Deus,

tendo em vista que a vida terrena passa a ser vista como uma ponte que permitirá que aquele que fez jus a ideia de Deus na terra terá sua recompensa e viverá banhado pelas bênçãos divinas.

O asceta trata a vida como sendo um caminho propenso a erros e com isso o ser humano precisa estar atento ao que pode vir e com isso é necessário que se tenha compreensão e convicção dos valores adequados a uma boa vida, pois aquele que deseja viver no reino do céu precisa estar disposto à negação de si e da sua vontade e, conseqüentemente, da sua vida. Vejamos o que diz a citação a seguir.

Pois consideremos com que regularidade, com que universalidade, como em quase todos os tempos aparece o sacerdote ascético; ele não pertence a nenhuma raça determinada; floresce em toda parte; brota de todas as classes. Não que ele cultive e propague seu modo de valoração através da herança: ocorre o contrário — em geral, um profundo instinto lhe proíbe a procriação. Deve ser uma necessidade de primeira ordem, a que faz sempre crescer e medrar essa espécie *hostil à vida* — deve ser *interesse da vida mesma*, que um tipo tão contraditório não se extinga. Pois uma vida ascética é uma contradição: aqui domina um ressentimento ímpar, aquele de um insaciado instinto e vontade de poder que deseja senhorear-se, não de algo da vida, mas da vida mesma, de suas condições maiores, mais profundas e fundamentais; aqui o olhar se volta rancoroso e pérfido, contra o florescimento fisiológico mesmo, em especial contra a sua expressão, a beleza, a alegria; enquanto se experimenta e se *busca* satisfação no malogro, na desventura, no fenecimento, no feio, na perda voluntária, na negação de si, autoflagelação e auto-sacrifício. (NIETZSCHE, 2009, p. 99).

Nesse direcionamento, o autor nos afirma que o sacerdote ascético surge em toda parte, estando qualquer um está apito a se tornar um, tendo em vista que não existe, necessariamente, algo específico que o padronize e impossibilite o homem a se tornar um sacerdote. Nesse sentido, continua-se a afirmar que ser sacerdote não está relacionado a uma herança de família, pelo contrário, é a motivação em relação à palavra que é pregada em torno do divino, é a procriação do sentimento em servir e conduzir os seres humanos para o caminho de Deus, com uma vasta vontade de poder, pois o sacerdote precisa ter naturalmente essa hostilidade com relação a vida e, principalmente, a negação de si mesmo. Ele precisa ser aquele que é doente e para adoecer os outros, ao mesmo tempo que é capaz de curar. É a necessidade que ele tem de poder, de dominar os outros,

aqueles que se julgam abaixo de si, é o controlar da grande massa e se tornar donos deles que motivam os sacerdotes perante os demais, aqueles que se permitem deixar conduzir pelo ressentimento.

É a partir desse panorama que se encontra a noção de pecado, o autoflagelo, o sacrifício, o meio designado para a remissão dos pecados, a redenção do homem perante Deus.

Fará, por exemplo, como os ascetas da filosofia vedanta, rebaixando a corporalidade a uma ilusão, assim a dor, a multiplicidade, toda a oposição conceitual de “sujeito” e “objeto” — erros, nada senão erros! Recusar a crença em seu Eu, negar a si mesmo sua “realidade” — que triunfo! — não mais apenas sobre os sentidos, sobre a evidência, mas uma espécie bem mais elevada de triunfo, uma violentação e uma crueldade contra a *razão*: volúpia que atinge seu cume quando o auto-desprezo, o auto-escárnio ascético da razão de Creta: “*existe* um reino da verdade e do ser, mas precisamente a *razão é excluída* dele!... (NIETZSCHE, 2009, p. 100).

A partir disso, podemos entender que em torno do ascetismo existe uma vertente que condiciona o ser humano a ilusão, condicionando ao sentimento de dor e negação de si mesmo, em que o homem é visto apenas pelos seus erros e toda sua motivação lhe direciona ao erro. Com isso, o ser humano é conduzido ao que se tem como uma realidade motivada pela dor, sendo essa um atentado contra a razão, e, ao mesmo tempo, o triunfo da ignorância sobre os sentidos e as evidências que constroem a realidade. É a permissão para que os erros se sobreponham aos fatos compondo a realidade da qual se conhece, em que o prazer é menosprezado e assim é construída uma idealização de um reino onde não é permitida a entrada da razão.

Devo contrapor a ela, brevemente, a realidade dos fatos: o *ideal ascético do instinto de cura e proteção de uma vida que degenera*, a qual busca manter-se por todos os meios, e luta por sua existência: indica uma parcial inibição e exaustão fisiológica, que os instintos de vida mais profundos, permanecidos intactos, incessantemente combatem com novos meios e invenções. O ideal ascético é um tal meio: ocorre, portanto, exatamente o contrário do que acreditam os adoradores desse ideal — a vida luta nele e através dele com a morte, *contra* a morte, o ideal ascético é um artifício para a *preservação* da vida. (NIETZSCHE, 2009, p. 101).

Nesse sentido, vale ressaltar que a proteção da vida é o primeiro momento em que se tem o contato com o ascetismo, despertando o sentimento de proteção de vida e podendo se corromper essa busca de todas as formas para manter-se existindo e uma dessas formas desenvolvidas é através do ideal ascético. Nesse aspecto, o corpo se depara com exaustão com relação à batalha travada para a existência da vida e os meios de intervenções sobre ela.

O ideal ascético é, portanto, um dos meios que buscam intervir no conceito de vida, essa que luta para existir no ideal ascético e, ao mesmo tempo, contra a morte, buscando explicações e justificativas que façam a vida não perder o sentido. Sendo assim, o ideal ascético se torna um meio de preservação e postergação da vida, o novo plano para o reino do céu, preservando, assim, as perspectivas que se tem com relação à vida.

O que é de temer, o que tem efeito mais fatal que qualquer fatalidade, não é o grande temor, mas o grande *nojo* ao homem; e também a grande *compaixão* pelo homem. Supondo que esses dois um dia se casassem, inevitavelmente algo de monstruoso viria ao mundo, a “última vontade” do homem, sua vontade do nada, o niilismo. [...] Os *doentios* são os maus, não os “animais de rapina”. Aqueles já de início desgraçados, vencidos, destroçados — são eles, são os *mais fracos*, os que mais corroem a vida entre os homens, os que mais perigosamente envenenam e questionam nossa confiança na vida, no homem, em nós. Onde se poderia escapar a ele, àquele olhar velado que nos deixa uma profunda tristeza, àquele olhar voltado para trás do homem deformado na origem, que revela como tal homem fala comigo mesmo — àquele olhar que é um suspiro! “Quisera ser alguma outra pessoa”, assim suspira esse olhar: “mas não há esperança. Eu sou o que sou: como me livraria de mim mesmo? E, no entanto — *estou farto de mim!*”... (NIETZSCHE, 2009, p. 103).

Nietzsche enfatiza que o maior medo que se pode ter está relacionado ao nojo que o homem pode desenvolver do homem, o nojo no tocante as suas vontades e sua prosperidade, podendo tal fato ser fatal a humanidade. A partir disso, o autor nos aponta que a vontade do nada passa a ser o grande desejo do homem, associando esse desejo como sendo algo monstruoso. Sendo assim, pode-se intuir que com a necessidade na preservação da vida, o sujeito passa a depositar toda a sua esperança e estilo de vida na existência de um ser superior que será capaz de recompensá-lo por todo flagelo vivido. Assim, o autor afirma que aqueles que são doentes são os homens maus e que aqueles que já são

desgraçados naturalmente, os fracos, são os que envenenam os fortes questionando e julgando a confiança que os fortes sobre a vida, são os que corroem a vida dos homens fortes. Sendo assim, cabe ao homem aceitar a si mesmo, aquilo que é, pois é impossível que ele se livre de quem é. Vejamos o diz NIETZSCHE (2009, p. 104):

Aqui pululam os vermes da vingança e do rancor; aqui o ar fede a segredos e coisas inconfessáveis; aqui se tece continuamente a rede da mais malévola conspiração — a conspiração dos sofrendores contra os bem logrados e vitoriosos, aqui a simples vista do vitorioso é *odiada*. E que mendacidade, para não admitir esse ódio! Que ostentação de grandes palavras e atitudes, que arte da calúnia “honrada”! Esses malogrados: que nobre eloqüência flui de seus lábios! Quanta resignação humilde, viscosa, açucarada, flutua em seus olhos! Que desejam realmente? Ao menos *representar* o amor, a justiça, a superioridade, a sabedoria — eis a ambição desses “ínfimos”, desses enfermos! E como esta ambição torna hábil! Admire-se principalmente a habilidade de falsários com que ai se imita o cunho da virtude, e mesmo o tilintar, o tilintar de ouro da virtude. Eles agora monopolizaram inteiramente a virtude, esses fracos e doentes sem cura, quanto a isso não há dúvida: “nós somente somos bons, os justos”, dizem eles, “nós somente somos os *homines bonae voluntatis* [homens de boa vontade]”. Eles rondam entre nós como censuras vivas, como advertências dirigidas a nós — como se saúde, boa constituição, força, orgulho, sentimento de força fossem em si coisas viciosas, as quais um dia se devessem pagar, e pagar amargamente: oh, como eles mesmos estão no fundo dispostos a *fazer* pagar, como anseiam serem *carrascos*!

Em consequência disso, é possível observar que a conspiração dos sofrendores contra os vitoriosos gira em torno do ódio movido pela inveja, almejando as virtudes que estes conseguem alcançar e que para ele é algo que se encontram inalcançáveis, aquele que por ser vitorioso é odiado, é alvo de perseguição. Deste modo, pode-se destacar a forma que a inversão dos valores morais reflete no convívio da sociedade, levando em consideração que é malgrado se torna o alvo de perseguição e ódio daqueles que são fracos e incapazes de progredir através do próprio esforço, busca a vingança, alimentando o ódio e o ressentimento em torno daqueles que são diferentes de si mesmo.

Assim aqueles donos do ressentimento encontram na justiça, que eles sentem como forma de castigar, punir, fazer sofrer aqueles que até então foram

vitoriosos, é nessa expectativa de obter a tão esperada vingança que o enfermo se apega e justifica como sendo a justiça de Deus, mas almeja veementemente ser o carrasco da justiça de Deus.

Indubitavelmente, quando lograssem introduzir na consciência dos felizes sua própria miséria, toda a miséria, de modo que estes um dia começassem a se envergonhar da sua felicidade, e dissessem talvez uns aos outros: “é uma vergonha ser feliz! (NIETZSCHE, 2009, p. 105).

Dentre essas razões que levaram os homens bons, vitoriosos a ter suas vitórias julgadas como sendo algo do qual não pudesse se orgulhar, ao invés de se debruçar para aproveitar a felicidade almejada é levado a crê que tem de se envergonhar, pois os pérfidos começam a interferir no convívio dos logrados. Ser feliz já não é mais uma opção da qual se possa sentir prazer, a felicidade toma o gosto amargo do ódio derramado.

Compreendendo-se em toda a profundidade — e eu exijo que precisamente aqui se *apreenda* fundo, se vá ao fundo — o quanto não pode ser tarefa dos sãos assistir doentes, tornar sãos doentes, compreende-se assim uma necessidade mais — a necessidade de médicos e enfermeiros *que seja neles mesmos doentes*: e agora temos e aprendemos com ambas as mãos o sentido do sacerdote ascético. A ele devemos considerar o salvador, pastor e defensor predestinado do rebanho doente: somente então entenderemos a sua tremenda missão histórica. *A dominação sobre os que sofrem* é o seu reino, para ela o dirige seu instinto, nela encontra ele sua arte mais própria, sua mestria, sua espécie de felicidade. (NIETZSCHE, 2009, p. 106).

Nietzsche destaca dentre as razões mencionadas a abordagem sobre a questão do homem doente que além de adoecer a si mesmo ainda consegue adoecer aqueles sãos, ou seja, o homem doente consegue transferir a sua doença, sua fraqueza, para os fortes que ao assistir homens doentes e se torna doente também. É nesse sentido que surge a necessidade do médico, para curar os doentes para isso é preciso que eles já sejam naturalmente doentes para levar a doença e junto com ela levar cura, para que assim possa concretizar a sua missão de sacerdote. O sacerdote ascético entra como sendo o salvador do rebanho doente, defendendo as suas ovelhas de todo mal e conduzindo-as para o bom caminho e assim exercendo o poder sobre aqueles que sofrem e para que esses pertençam a seu reino, ao reino de Deus. É nesse sentido que o sacerdote encontra o seu lugar e redefine o significado de felicidade.

Ele trás um unguento e bálsamo, sem dúvida; mas necessita primeiro ferir, para ser médico; e quando acalma a dor que a ferida produz, *envenena no mesmo ato a ferida* — pois disso entende ele mais que tudo, esse feiticeiro e domador de animais de rapina, em volta do qual tudo que é são torna-se necessariamente doente, e tudo doente necessariamente manso. De fato, ele defende muito bem o seu rebanho enfermo, esse estranho pastor — ele o defende também de si mesmo, da baixeza, perfídia, malevolência que no próprio rebanho arde sob as cinzas, e do que mais for próprio de doentes e combalidos; ele combate, de modo sagaz, duro e secreto, a anarquia e a autodissolução que a todo momento ameaçam o rebanho, no qual aquele mais perigoso dos explosivos, o *ressentimento*, é continuamente acumulado. (NIETZSCHE, 2009, p. 107).

Diante disso, entende-se que em torno da questão envolvendo o sacerdote é preciso, antes de tudo, ferir para haver a necessidade de um médico que cure as feridas esse que ao mesmo tempo em que cura a torna ainda mais envenenada, ou seja, a intenção do sacerdote é manter o povo dominado sobre a sua vontade e, portanto, a cura é um meio utilizado para manter o rebanho em obediência a e sob a ordem do sacerdote.

Assim Nietzsche infere sobre o sacerdote o título de domador de animais rapina, aves carniceiras. Nesse aspecto o sacerdote é comparado ao médico, pois ele se aproveita daqueles que estão doentes e debilitados, sem força e sedento por um salvador, o que lhe permita possibilidade de redenção, pois tudo o que é são se torna doente e, conseqüentemente manso, o sacerdote defende o seu rebanho, inclusive de si mesmo, do ressentimento que é continuamente aglomerado.

O ideal ascético tem uma finalidade, uma meta — e esta é universal o bastante para que, medidos por ela, todos os demais interesses da existência humana pareçam estreitos e mesquinhos; povos, épocas e homens são por ele interpretados implacavelmente em vista dessa única meta, ele não admite qualquer outra interpretação, qualquer outra meta, ele rejeita, renega, afirma, confirma somente a partir da *sua* interpretação (— e houve jamais um sistema de interpretação mais elaborado?); ele não se submete a poder algum, acredita isto sim, na sua primazia perante qualquer poder, na sua incondicional *distância hierárquica* em relação a qualquer poder — ele acredita que nada existe com poder na Terra que não receba somente dele um sentido um valor, um direito à existência, como instrumento para a *sua* obra, como meio e caminho para a *sua* meta, para uma *meta...* (NIETZSCHE, 2009, p. 126).

A partir disso, compreende-se que o ideal ascético estabelece propósitos a serem seguidos servindo como forma de condicionar o ser humano em relação ao comportamento a ser desenvolvido enquanto ser social, funcionando também como parâmetro para medir e comprar o comportamento do indivíduo. Assim, àqueles que decidem seguir os mandamentos dos valores cristãos passa a entender toda e qualquer necessidade de si como sendo algo errado e imoral e assim passa a julgar e criticar aquele diverge do mandamento cristão.

Dessa forma, o sacerdote toma-se para si a necessidade em se redimir perante o divino enraizando a ideia de dívida, agindo como referencial para a execução dos valores impostos e, ao mesmo tempo se tornando o avaliador e o juiz que avalia o comportamento do seu rebanho. Assim se coloca na casta mais alta, em que o seu poder é exercido sob aqueles que temem a vontade de Deus. O sacerdote asceta transforma a existência em uma meta a ser cumprida para alcançar o reino de Deus, a vida eterna. Para romper com isso, o autor estabelece a seguinte proposição:

“O ateísmo incondicional e reto (- e somente seu ar é o que respiramos, nós, os homens mais espirituais dessa época!). Não está, portanto, em oposição a esse ideal, como parece à primeira vista; é isto sim, uma das últimas fases do seu desenvolvimento, uma de suas formas finais e consequências internas – é a apavorante catástrofe de uma educação para a verdade que dura dois milênios, que por fim se proíbe a mentira de crer em Deus.” (NIETZSCHE, 2009, p. 137).

Com isso Nietzsche intuiu que o ateísmo é a busca pela verdade, representando o desprendimento em torno das ideias místicas que compõe a alusão em torno da existência de um Deus onipotente e onipresente. O ateísmo sugere uma possibilidade real que motiva a libertação do intelecto. Sendo assim, aqueles que buscam o conhecimento e a verdade sobre as coisas, distante da alienação motivada pelo cristianismo que se dispõe ao desprendimento das amarras e que apreende o homem com base na culpa e no pecado, é imposto a ele como forma mantê-lo contido em si mesmo.

A promessa de vida eterna no reino dos céus perde o sentido quando posta diante do ateísmo e do conhecimento verdadeiro em torno das coisas. Segundo Nietzsche, o grande problema da sociedade é que ao cultivar o cristianismo o homem decai, ele se torna incapaz de se tornar superior, de

conhecer e buscar a verdade, ele se acomoda nos contos cristãos e fica impossibilitado de enxergar além e a única forma de sair desse meio de mentiras e contos místicos é o ateísmo, descrer, desprender-se totalmente de qualquer ligação cristã. Vejamos a seguinte afirmação:

“Esse tipo de mais alto valor já existiu com suficiente frequência: mas como um feliz acaso, como uma exceção, nunca como algo *desejado*. Pelo contrário, *ele* foi, antes, temido, ele foi até aqui como o temível; - e por temor o tipo contrário foi desejado, cultivado, *obtido*: o animal de estimação, o animal de rebanho, o animal enfermo homem – o cristão...” (NIETZSCHE, 2022, p. 10).

Com isso, Nietzsche afirma que o homem do conhecimento, o homem que buscava a verdade, o homem digno de alcançar a superioridade, o homem que fazia filosofia, já havia existindo em algum momento, pensava e questionava a existência das coisas, buscando a verdade e a origem real das coisas, mas esse homem se tornou temido, pois com ele seguia o conhecimento e posteriormente surgiram os cristãos e esses que não fazem uso da verdade, nem a buscam, mantêm seus fiéis sobre atração de contos do sobrenatural, de histórias que não podem ser provadas, afirmando a existência de um mundo e uma realidade que não pode ser vista, por um Deus que não pode ser visto, mas que controla a vida de todos.

O cristianismo se baseia em histórias, contos, mitos, punição, pecado, crença, em uma vontade de um ser sobrenatural, mas acima de tudo, o cristianismo impede o indivíduo de agir e ser quem ele é, o cristianismo mantém o controle sobre o seu rebanho para que eles se mantenham presos e endeusando o Deus que é regido pelos próprios homens em busca de poder servos. Para Nietzsche, apenas aqueles que não se permitirem prender em amarras fantasmagóricas, aqueles que se distanciam cada vez mais dos mitos e suas crenças, são capazes de encontrar a verdade das coisas e, conseqüentemente, chegar ao título de super-homem. É de suma importância que o ser humano adquira o hábito de não crê no nada, pois o ser metafísico é algo do qual não temos certeza ou, se quer perspectiva de sua existência, o filósofo sempre enaltece a busca e a importância da verdade, diante disso, não faz sentido que se busque estabilidade e verdade no que não se pode provar, ou até mesmo, no que é irracional e diferente da realidade. Quando o homem

renega as divindades elas perdem a força, pois o que mantêm a ideia de Deus vivo é a mente daquele que crê.

Assim, o filósofo acredita que a certeza que se tem em relação às coisas é à vontade, algo que é natural e essencial ao ser humano. Sendo assim, não há necessidade em cultivar os valores morais estabelecidos por outros que nada mais são do que homens que impõe a vontade deles mesmo em relação aos seus iguais. Com isso ele não deve ignorar a si mesmo para aclamar o que está dentro do nada. Assim, é necessário que o elo entre a humanidade e o reino de Deus seja rompido, para que então o ser humano alcance a realidade, a sua natureza e assim possa encontrar a felicidade naquilo que é real e natural a ele. Vejamos o que diz Feiler (2011, p. 52-3):

É precisamente no campo do ideal ascético que Nietzsche denuncia aquele ponto de confluência entre moral e vontade de verdade, como refúgio para aqueles que se eximem do vir-a-ser rumo ao sem sentido, acabando por forjar nada mais que uma ilusão que possa dar justificativa ao seu existir, [...]. Ao invés de fundamentar esse existir no mundo terreno, transfere-o para um outro mundo presidido pela vida eterna, pela verdade, pelo ser e pela unidade.

É dentro do ideal ascético que Nietzsche encontra um meio para afirmar que a moral é utilizada como refúgio para aqueles que se escondem do seu vir-à-ser. A moral confere um sentido baseando-se nos costumes de um dado povo, e por outro lado, a vontade de verdade busca o conhecimento e, assim, libertar o vir-à-ser para existir no mundo terreno.

O ideal ascético caminha em direção ao que é sem sentido, ao que não pertence que é diferente deste mundo. É contrário a filosofia quando mencionado a ideia em relação a Deus. A filosofia vê o homem como sendo independente capaz de pensar e desenvolver ideias, articular pensamentos e questionamentos em torno da realidade, entendendo que o homem é autossuficiente, diferentemente do ascetismo que prega a doutrinação a partir da manipulação do outro, um ideal metafísico que proclama a ordem e a contensão da massa, promovendo um discurso de promessa e medo, desenvolvendo e instigando a necessidade em agradar a Deus. Fazendo o uso da moral para elucidar o quanto o homem é falho e que precisa de algo que se encontra nesse além-mundo. O ideal ascético, nesse sentido, constitui o sistema moral do ressentimento e da

má consciência, os meios de organização da moral judaico-cristã. O que caracteriza a moral é ela ser a maior caluniadora da vida, portanto, a moral cristã é niilista, vontade de nada.

O ideal ascético atribui a vida sem a adoração a Deus como uma vida que não merece ser vivida, cheia de pecados e erros, movida pelos devaneios humanos, pela ação animal do sujeito que não cumpre com as vontades do ser divino. Para Nietzsche (2009, p. 98):

O sacerdote ascético tem nesse ideal não apenas sua fé, mas também sua vontade, seu poder, seu interesse. Seu direito à existência se sustenta ou cai com esse ideal: como admirar que encontremos aqui um adversário terrível, supondo-se que sejamos adversários desse ideal? Um adversário tal que luta por sua vida, combatendo os que negam esse ideal?...

Com isso, compreendemos que a base do ideal ascético consiste em dizer não à vida, com o intuito de criar e preservar novas condições de existência conforme o ideal do ascetismo. O ascetismo se aproveita da vontade enfraquecida, doente, sem estímulo diante da vida e com isso cria-se uma nova perspectiva de vida onde o ascetismo serve de estímulo para viver, ou seja, aqueles que estavam doentes e não sentiam apreço pela existência encontra no ascetismo um ideal para seguir e assim tendo algo que o estimule, defenda a vida contribuindo para o propósito de adaptação e preservação da vida.

A mitigação do sofrimento, o “consolo” de toda a espécie – isto se revela como seu gênio mesmo; com que inventividade compreendeu ele sua tarefa de consolador, de que modo irrefletido e ousado soube escolher os meios para ela” o cristianismo, em especial, pode ser considerado um grande tesouro dos mais engenhosos meios de consolo, pelo tanto aliviador, narcotizante que há nele acumulado, pelo tanto de perigoso e temerário que arriscou para esse fim, pelo modo sutil, refinado, meridional-refinado com que intuiu sobretudo os afetos estimulados com que pode ser vencida a funda depressão, o cansaço de chumbo, a negra tristeza dos fisiologicamente travados.(NIETZSCHE, 2009, p. 111).

Com isso, podemos entender que o cristianismo age como forma de amenizar o sofrimento sobre os questionamentos da vida e, principalmente, sobre as enfermidades e malevolências que acomete o homem, pois ele é motivado a acreditar que Deus, criador e senhor de todas as coisas tem um percurso preparado para cada um de nós, sendo assim tudo que vivemos que

sabemos está premeditado por Ele. Sendo assim é fundamental que devotemos à vida em função de sua vontade, para que assim seja possível adentrar no reino de Deus e desfrutar de suas maravilhas, assim toda manifestação de vida deve ser condicionada em torno da vontade de Deus.

O cristianismo exerce um grande poder com relação à sociedade, tendo em vista que a maioria dela é formada pelos fracos e oprimidos que se associam ao cristianismo com o intuito encontrar o acolhimento, na expectativa de ter alguém a quem recorrer quando não tiverem força ou motivação, buscando um salvador, um herói para protegê-lo e se vingar em função de sua honra, enxergam na pregação a possibilidade da recompensa, ao mesmo tempo em que teme caso não seja feita a vontade de Deus. Assim, os fiéis encontram na vida cristã o sentido da vida, atribuindo-lhe toda devoção. Segundo Feiler (2011, p. 29):

Nietzsche deixa transparecer que o problema não está tanto na existência ou não de Deus, mas, no modo pelo qual esta existência tem se sustentado na cultura ocidental, não tem sido outro que a razão em um sistema de valores, tido como sem sentido. A crítica ao cristianismo, longe de ser aquele cristianismo como prática de vida, legado por Jesus de Nazaré, [...], mas entendido como um corpo doutrinário apresentado sob a forma de um esquema racional, parece encoberta por uma crítica maior, que é a crítica ao racionalismo no qual a cultura do ocidente tem mergulhado.

De acordo com Feiler, identificamos que para Nietzsche o problema não está na questão de Deus existir ou não, ou qual é a sua vontade e pregação, para o filósofo o problema está contido na forma como a vontade do homem é colocada, algo que é natural a ele é desconsiderado e tratado com repulsa, quando na verdade deveria ser colocada como meta a se cumprir. Sendo assim desmotiva o indivíduo a prosseguir livremente, impedindo-o de almejar algo e, conseqüentemente, lutar pelo que deseja.

Nesse sentido, a crítica na forma como a doutrina é pregada, e não na doutrina propriamente, ou seja, a ausência de racionalidade, de percepção em relação à realidade e a vontade, essa que faz parte natural do homem. Com isso, o ser humano emerge em meio à fantasia, à expectativa e à irrealidade e assim altera toda a concepção de valor transfigurando a vida em um simples ato de devoção sobrenatural, caracterizada na imagem de Jesus, o deus que nasceu e

ressuscitou, representando o núcleo da doutrina cristã, quando nada mais parece ser do que um objeto utilizado pelos sacerdotes, que são homens, para doutrinar e manipular a classe sofredora. Para poder se despertar desse caminho, NIETZSCHE aponta a seguinte solução:

Nós, “homens do conhecimento”, somos enfim desconfiados em relação a toda espécie de crenças, nossa desconfiança gradualmente nos ensinou a concluir o inverso do que outrora se concluía: isto é, toda vez que a força de uma fé aparecer com grande evidência, concluir por uma certa fraqueza da demonstrabilidade, pela improbabilidade mesma daquilo que é acreditado. Tampouco nós negamos que a fé “torna bem-aventurado”: justamente por isso negamos que a fé demonstre algo – uma fé forte, que torna bem-aventurado, levanta suspeita quanto ao que se crê, não estabelece “verdade”, estabelece uma certa probabilidade – de ilusão. (NIETZSCHE, 2009, p. 128).

Ou seja, o homem que busca conhecimento, busca a verdade e dessa forma não existe a possibilidade de sucumbir à doutrina que prega alucinação e a devoção cegamente, sem contestar ou reavaliar. Dessa forma não tem como aquele que busca conhecimento se filiar aquele busca a doutrina. O conhecimento se motiva pela busca em torno da verdade e a fé se mantém a partir da possibilidade da existência de um ser que será o salvador dos fracos e oprimidos. Sendo assim a fé é incapaz de trazer verdade ela, simplesmente, permite a possibilidade de existência naquilo em que se crê. Segundo Nietzsche (2009, p. 129):

[...] todos esses pálidos ateístas, anticristãos, imoralistas, nihilistas, esses céticos, eféticos, hécticos do espírito (todos sem exceção, de um modo ou de outro), esses últimos idealistas do conhecimento, únicos nos quais habita e está hoje encarnada a consciência intelectual – eles se creem tão afastados quanto possível do ideal ascético, esses “espíritos livres, muito livres:” e no entanto, eu aqui lhes revelo o que eles próprios não conseguem ver — pois estão demasiado próximos a si mesmos —: esse ideal é também o *seu* ideal, eles mesmos o representam hoje, ninguém mais talvez, eles mesmos são o rebento mais espiritualizado desse ideal, sua mais avançada falange de guerreiros e batedores, sua mais insidiosa, delicada e inapreensível forma de sedução — se jamais fui um decifrador de enigmas, quero sê-lo com esta afirmação!...

Diante dessa afirmação, pode-se constatar que a liberdade para ser exercida deve não se pode permitir a doutrinação pelos ideais ascéticos, pois o espírito livre é aquele que se distancia dele e busca o conhecimento, pois nada

mais livre do que ter a liberdade de pensar e refletir sobre tudo que lhe causa dúvida ou que sente necessidade de explicação. Nesse sentido, o único ideal a ser seguido é o conhecimento em torno da verdade, em torno da realidade, em torno da vida. É a buscar por explicar, de forma racional aquilo que é natural e passível de alguma afirmação. Nietzsche também desperta a importância em combater o cristianismo, pois nesse sentido é melhor o ateísmo, por acentuar a vontade da verdade. Ou seja, o ateísmo é a fuga de que o homem precisa para se libertar da prisão ascética e encontrar a verdade, através da razão e do pensamento racional:

O ateísmo incondicional e reto (- e somente seu ar é o que respiramos, nós, os homens mais espirituais dessa época!) Não está, portanto, em oposição a esse ideal, como parece à primeira vista; é, isto sim, uma das últimas fases do seu desenvolvimento, uma de suas formas finais e consequências internas – é a apavorante catástrofe de uma educação para a verdade que dura dois milênios, que por fim se proíbe a mentira de crer em Deus. (NIETZSCHE, 2009, p. 137).

O intuito do ateísmo é buscar a verdade e, assim, mostrar que a moral cristã se fortalece e conquista seu povo a partir de milagres, como, por exemplo, a passagem de Jesus pela terra, fazendo com que pessoas que antes não podiam enxergar recuperassem a visão, assim como a história de que ele morreu (sendo crucificado) e após três dias ressuscita. A moral cristã busca propagar essa imagem para o povo como verdade absoluta, quando, na verdade, ela se funda em um ideal metafísico que dá vida ao nada de forma suprema, colocando nele a existência de um ser superior cheio de amor e benevolência, ao qual deve-se total dedicação e abnegação.

É importante pensar de forma ateísta para compreender que existe uma verdade racional das coisas e é nela que o indivíduo deve se firmar, tomando como base para sua existência aquilo que é dotado da natureza de si e, assim, conhecedor da verdade. Segundo Feiler (2011, p. 67-8): “Essa crença, na verdade e no ideal ascético, revela uma faceta da ciência que é empobrecedora da vida, pois entram em cena com ela a moral, a metafísica, a religião. Ambas, ciências e religião, acabam sacrificando seus esforços no mesmo altar da verdade.” Mas, mesmo que a ciência e a religião tratem o mundo de um modo

diferente, chegando a ser contraditório, a questão é que ambas, ciência e religião, buscam encontrar e afirmar uma verdade absoluta.

5. Conclusão

Em conseguinte diante dos estudos desenvolvidos no percurso de produção deste trabalho foi possível constar que Nietzsche direciona sua crítica a questão moral desenvolvida e pregada pelo cristianismo. Com isso, o autor enfatiza a sua insatisfação em relação à alusão feita pelo cristianismo com relação aos valores morais idealizados pela Igreja em torno da vida, uma existência além da terrena, essa que só é alcançada por aqueles que têm uma vida terrena digna do reino divino. Nietzsche desenvolveu uma crítica voltada à forma como o cristianismo se desenvolve e de que forma ele interfere no comportamento humano, essa que está direcionada ao sacerdote, o representante de Deus e a sua vontade, que encontra um meio de se sobrepor aos demais.

Em sua abordagem em torno dos valores da moral cristã, Nietzsche faz um estudo sobre a genealogia da moral, observando os valores que caracterizam o bom e o ruim. Com isso, ele constata que nessa perspectiva existe a visão aristocrata (pagã) e a visão plebeia (judaico-cristã). Na primeira, é dito que o homem bom é alguém forte, destemido, nobre, em contrapartida, existe o ruim esse que é caracterizado por ser o contrário do que é bom, sendo fraco, enfermo, plebeu.

Conforme o cristianismo intervém nos valores morais, a visão pagã é sucumbida pela moral cristã e dessa forma, conforme o cristianismo se forma na sociedade, acontece a transmutação dos valores morais em que o que era bom se torna mau e o que era ruim se torna bom. A partir disso, a imagem do homem fraco, enfermo, se torna algo bom, enquanto que o forte, nobre é algo mau. A moral cristã faz o homem acreditar que sua enfermidade é a negação de si, da vida, é algo bom, conveniente a vida que ao invés de ser vivida é negada. Nesse sentido com relação à negação da vida, o termo niilista enfatiza a reflexão a respeito do nada, a negação de todas as coisas, que em oposição surge o cristianismo que atribui a ideia do nada como sendo o lugar do ser que é criador de todas as coisas, aquele que tem um reino e nele abrigará aqueles que em vida terrena façam a sua vontade.

De acordo com a moral cristã, os valores estabelecidos como sendo bom e mau, podem ser observados no ser humano conforme ele desempenha o seu papel enquanto ser social. Sendo assim aquele que escolhe seguir os princípios

conduzidos pelos valores cristãos, passa a enxergar seus impulsos e afetos primitivos como uma inclinação ao mau e, por conseguinte, é orientado a pensar que esse não faz parte da vontade de Deus e assim não deve ser seguido. Com isso é necessário que o ser humano reprima a sua vontade natural, ou seja, deve renegar suas vontades e instintos enquanto ser humano com o intuito de agradar a vontade de Deus e fazer parte de seu reino, recebendo a tão esperada recompensa. A partir disso, afirma-se que o homem deve abster-se da vida terrena para satisfazer o desejo divino e ser digno de seu reino.

É através das sagradas escrituras que a vontade de Deus é exposta e repassada ao povo, com base nas escrituras envolvendo os discípulos de Jesus, conhecida e adotada pelos sacerdotes esses que fazem o papel de mensageiro de Deus e se incumbem de espalhar a vontade dEle bem como de conquistar os aliados, de converter os pagãos. Nesse sentido, a pregação feita diz respeito a um ser supremo a quem atende pelo nome de Deus e esse é um ser infinito, onipotente e onisciente, capaz de estar em todos os lugares e criador de todas as coisas, é com base nessa teoria, que o homem deve se guiar, assim o que resta aos seres humanos é se dispor a Deus e ser bom e servidor Dele.

Com essa premissa os sacerdotes criaram uma ilusão onde diz que existe uma vida além desta e nela (vida) aquele que renunciar a vida terrena e se guardar para viver conforme a graça divina traçará um caminho próspero em direção ao reino dos céus, agraciado com as recompensas e a eternidade no mundo metafísico. Entretanto, essa rejeição do dever e a sua natureza torna o homem fraco e pré-disposto ao sentimento de culpa e ao ressentimento, esses que dão origem a má consciência.

Com isso entende-se ressentimento como o sentimento no qual conduz o homem ao pensamento depreciativo em que fica imerso na perspectiva de vingança, idealizando o outro como sendo o motivo do seu fracasso, aquele que é considerado o homem mal, o homem forte e, conseqüentemente aquele que impede o homem fraco de obter qualquer tipo de sucesso. Com isso, segue a ideia de ressentimento, o homem que se renega, se acovarda diante da vida depreciando-se e revivendo momentos de desilusão, passando a idealizar uma vingança a partir da qual poderá obter algum tipo de recompensa que o satisfaça

e justifique sua existência fraca e impotente. É através da doutrinação da Igreja que o ser humano encontra o conforto que lhes faltava.

O conforto oferecido pelos sacerdotes segue a crença de que o homem que seguir a Deus e dedicar sua vida ao divino encontrará lugar no reino do céu e assim será recompensado por todo o sofrimento que viveu, levando em consideração que a pregação feita em torno do divino diz respeito a um Deus que além de ser o criador de todas as coisas, enviou seu filho para salvar a humanidade de todos os seus pecados, assim como prova de amor o filho Deus morreu pelo ser humano, pela sua criação, e assim cria-se a dívida com Deus.

E a partir da noção de má consciência, essa que está ligada a noção de ressentimento e é a partir dessa noção de ressentimento que encontramos a ideia de culpa (*Schuld*), essa que surge como uma manifestação de ódio direcionada ao outro, assim é despertada quando surge à noção de culpa a mesma é intermediada no indivíduo através do cristianismo, onde elenca a perspectiva de pecado e homem já carrega consigo o pecado original que, por sua vez, coloca o sujeito como eterno devedor com relação a Deus. Dessa forma essa culpa é repassada como uma herança familiar, a dívida com Deus nunca é sanada.

Ainda no sentido de dívida encontramos a noção de credor e devedor, onde o credor assume o direito de propriedade com relação ao devedor, sendo permitido a ele compensar a dívida da forma que ele achar necessário, caso o devedor não cumpra com o que foi acordado e pague a dívida, nesse cenário encontra-se a relação com Deus, onde o credor se sacrifica em nome do devedor, como ato de amor.

E assim chega-se ao ideal ascético, o dogma pregado pela Igreja, que é tão criticado por Nietzsche por criar uma tábua de valores metafísicos que devem nortear a existência, além da vida terrestre e a vida no reino dos céus, mantida por conceitos eternos e imutáveis, pregados como certeza absoluta. Tais valores estimulam o homem a renegar seus impulsos e afetos, pois são vistos como um erro, como algo ruim, renegando a sua existência concreta para seguir um padrão divino, porém este padrão implantado e profetizado na Igreja nada mais é do que criação do próprio homem, na figura do sacerdote asceta, para exercer

um tipo de domínio negativo sobre os outros homens. O ser humano que na vontade de se afirmar em relação à vida busca uma crença qualquer, seja real ou não, prefere acreditar que existe alguma coisa, não importa o quê, contanto que faça sentido para ele, que ele seja assegurado sobre a sua finalidade na vida, preferindo essa afirmação ilusória ao invés de não poder nada afirmar sobre ela (vida).

E, por fim, chegamos à conclusão de que a transmutação dos valores morais acaba por beneficiar o domínio da moral judaico-cristã, servindo para intervir na visão que se tem do outro e de si mesmo e o resultado dessa intervenção será alguém concebido como bom ou mau. Por outro lado, a religião nada mais é do que uma forma encontrada pelo homem para se sobrepor aos demais e, dessa forma, alcançar o poder e se tornar mais forte e superior aos outros. O foco religioso não é pregar o amor e as graças de Deus ou o sacrifício de Jesus por amor aos homens, como os sacerdotes querem que se pense, na verdade, Deus serve como fundamento metafísico na busca pelo domínio do ascetismo e pela conservação de um tipo de vida fraca e reativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEILER, Adilson F. **Nietzsche: sujeito moral e culturacristã**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

GIACCOIA, Oswaldo. **Estado, democracia e sujeito de direito: para uma crítica da política contemporânea**. Brasília: Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, 2014.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche, das forças cósmicas aos valores humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **A vontade de poder**. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes; Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. **A Gaia Ciência**. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2006.

_____. **Crepúsculo dos ídolos, Como filosofar com o Martelo**. Tradução de Jacqueline Valpassos. São Paulo: Golden Books, 2009.

_____. **ONascimento da tragédia**. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2011.

_____. **O Viajante e Sua Sombra**. Tradução de Antônio Carlos Braga e Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2013.

_____. **O Anticristo: Maldição ao cristianismo**. Tradução de Diogo Kosbiau Trevisan. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

_____. **Genealogia da moral**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Da Retórica**. 2ed. Lisboa: Veja, 1999.

_____. **Humano Demasiado Humano**. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2018.



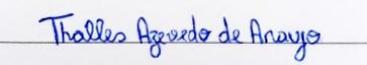
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA DO(A) CANDIDATO(A) RAFAELA MENDONÇA DE ALMEIDA VASCONCELOS.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 09h:00min, por videoconferência conforme Portaria 90 e 120/GR/Reitoria/UFPB; Comunicado 02/2020/PRPG/UFPB e Portaria 36/CAPEB, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora constituída para examinar a Dissertação de Mestrado do (a) mestrando (a) **Rafaela Mendonça de Almeida Vasconcelos**, candidato (a) ao grau de Mestre em Filosofia. A Banca foi constituída pelos professores: Dr. Iraquitan de Oliveira Caminha (Presidente/UFPB), Dr. Maria Clara Cescato (Membro Interno – UFPB) e Dr. Thalles Azevedo de Araujo (Membro Externo/Universidade Estadual da Paraíba). Dando início à sessão, o Professor Dr. Iraquitan de Oliveira Caminha, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora, fez a apresentação dos demais membros e, em seguida, passou a palavra ao (a) mestrando (a) **Rafaela Mendonça de Almeida Vasconcelos** para que fizesse oralmente a exposição de sua Dissertação, intitulada: **“O PROBLEMA DA MORAL CRISTÃ DENTRO DA GENEALOGIA DA MORAL, SEGUNDO A CRÍTICA NIETZSCHIANA”**. Após a exposição do candidato, o mesmo foi sucessivamente arguido por cada um dos membros da Banca. Terminadas as arguições, a Banca retirou-se para deliberar acerca da Dissertação apresentada. Após um breve intervalo, o Presidente, Professor Dr. Iraquitan de Oliveira Caminha comunicou que, de comum acordo com os demais membros da banca, proclamou **APROVADA** a dissertação **O PROBLEMA DA MORAL CRISTÃ DENTRO DA GENEALOGIA DA MORAL, SEGUNDO A CRÍTICA NIETZSCHIANA**, tendo declarado que seu (a) autor (a) **Rafaela Mendonça de Almeida Vasconcelos** faz jus ao grau de Mestre em Filosofia, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com Regimento Geral da Pós-Graduação, pronunciar-se no sentido da expedição do Diploma de Mestre em Filosofia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão de Defesa, e eu, Jessica Martins de Oliveira Secretária do PPGF lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca. João Pessoa, 08 de novembro de 2023.


JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DO PPGF


PROF. DR. IRAQUITAN DE OLIVEIRA CAMINHA
PRESIDENTE/UFPB


PROF^a DR^a MARIA CLARA CESCATO
MEMBRO INTERNO/UFPB


PROF.DR. THALLES AZEVEDO DE ARAUJO
MEMBRO EXTERNO